



Índice

- 01 Negros escravizados no período colonial resistiram como puderam, diz especialista
- 02 PA-252 permanece interditada por quilombolas
- 03 Quilombolas ganham mesa permanente de regularização
- 04 Terras Quilombolas: mobilização nacional marca Semana da Consciência Negra
- 05 Mestres artesãos quilombolas de AL contam histórias com peças em barro
- 06 Índios e Quilombolas de Oriximiná (PA) irão a Brasília
- 07 Quilombolas celebram Consciência Negra
- 08 Regularização Fundiária Quilombola é tema de audiência pública do MPF/AP
- 09 TRF4 marca julgamento sobre a titulação de comunidade quilombola
- 10 V Ciclo de Cinema Documental exhibe produções de comunidades quilombolas
- 11 Governo e UFPA promovem capacitação para catadores e ribeirinhos
- 12 Índios fazem protesto por demarcação de terras na região de Ilhéus, na Bahia
- 13 Índios atacam motoristas com pedras para roubar na PR-473
- 14 Programa vai oferecer formação e capacitação para negros e índios
- 15 Fazendeiros farão leilão para financiar "resistência" contra indígenas
- 16 Terras indígenas: ministro da Justiça fala sobre o tema
- 17 Famílias indígenas invadem fazenda no Anel Viário de Dourados



- 18 Índios devem ser ouvidos sobre impactos de hidrelétrica
- 19 Ataques aos direitos indígenas seguem, mas não sem resistência, por Cleber Buzatto
- 20 Deputada diz que falta “vontade política” para resolver conflitos indígenas
- 21 UFFS – Campus Chapecó debate a Luta Indígena e Camponesa
- 22 Projeto hidrelétrico inundará comunidades indígenas da Guiana
- 23 Comunidade Maturacá
- 24 Hidrelétrica no rio Negro (AM) deve causar novos conflitos com povos indígenas
- 25 Terena: “Querem a cabeça dele como troféu”
- 26 Comunidade Guarani que a mais de 30 anos vive em uma faixa de domínio público, reocupa sua terra tradicional
- 27 Agricultura ainda é a maior fonte de renda de quilombolas
- 28 A língua dos índios botocudos na UFMG
- 29 Hániti Ho’únevo Têrenoe: Grande Assembleia do Povo Terena – Documento Final
- 30 Legislativo de Tenente Portela realiza sessão na Terra Indígena do Guarita
- 31 Prefeito Wallas participa de ação social na Vila Olímpica Indígena
- 32 Parceria garante plantio na Reserva Indígena de Dourados
- 33 Após polêmica, vereador propõe feriado da Consciência Indígena
- 34 MS – “Fazendeiros” invadem sede da Funai em Campo Grande
- 35 AGU confirma que ações sobre a demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha/MS



devem ser julgadas pela Justiça Federal

36 Pará suspende por dez dias decisão sobre mineração de ouro no Xingu

37 Notícias do Quilombo Rio dos Macacos



Negros escravizados no período colonial resistiram como puderam, diz especialista
SÍTIO UOL, 18.11.2013

Desde que os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, há mais de 500 anos, eles exploraram, inicialmente, a mão de obra indígena. Mas o contato com os homens brancos foi péssimo para a saúde dos índios. Além disso, os nativos conheciam muito bem o território e fugiam com facilidade.

Por razões econômicas e também em busca de mão de obra qualificada, os portugueses começaram a trazer africanos escravizados para o Brasil. Os negros eram obrigados a vir para um país estranho, numa travessia de barco que levava meses, em condições precárias, para trabalhar forçado.

Mas as regras duras da chibata não foram aceitas sem luta. Os negros escravizados resistiram da forma que puderam. "Falar das lutas negras é falar disso, dos enfrentamentos, dos embates do outro lado do Atlântico, na travessia, do lado de cá do Atlântico. Eu costumo pensar na resistência de uma forma muito ampla", destaca o professor Nelson Inocêncio, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília.

Para ele, o termo que define a retirada dos negros do Continente Africano é sequestro. "Esse sequestro realmente foi algo absurdo, inominável. O Brasil foi o país que mais importou população africana. Dentro daquele universo de extrema violência existiam articulações coletivas para, de alguma forma, tentar minar o sistema", ressaltou.

A resistência sempre foi a palavra de ordem de quem era forçado ao trabalho escravo. Mas não foi fácil. Os negros foram caçados e perseguidos. Por isso, procuravam não ficar sozinhos. Em comunidade, era mais fácil sobreviver.

Os locais de refúgio começaram a se formar logo após a chegada dos primeiros navios negreiros ao Brasil. Nasceram, assim, os chamados quilombos. O mais famoso deles, o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, data do fim do século 16. Isso quer dizer que pouco depois do início da escravidão, os primeiros negros já começaram a fugir.

A herança de quem fugiu da escravidão ainda é viva entre os quilombolas. Sirilo Rosa, presidente da Associação Quilombo Kalunga, comunidade no interior de Goiás, conta um pouco da história que já escutou. "Eu ouvia nossos antepassados falarem que tinha um lugar chamado quilombo mas que eles não sabiam onde era. [Diziam] que esse lugar chamado de quilombo era onde o pessoal que foi escravo fugia e ia pra lá", lembra. "Era um lugar isolado e que não tinha nem estrada pra chegar. Eles saíam das casinhas deles, mas não deixavam trilha. Saíam de um lado e chegavam por outro".

A jovem quilombola Edmeia Batista Costa, da Comunidade Kaonge, em Cachoeira, na Bahia, também conhece a história de quem veio antes. "A gente sabe que os antepassados lutaram

CONT.



muito. Muitos apanharam no chicote. Agora a gente não tem mais isso. Graças a Deus, a escravidão já acabou e eles passaram para gente o trabalho e a luta deles para a gente continuar", conta.

O Brasil tem mais de 2,4 mil comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Elas estão espalhadas em 24 estados e se organizam de forma diferente. A maioria vive da agricultura de subsistência. Ou seja, eles produzem na roça praticamente tudo o que precisam. É o caso de dona Leotéria, lavradora kalunga. Ela planta mandioca, arroz, milho, cana, feijão de corda, além de frutas, hortaliças e ervas medicinais.

Dona Leotéria diz que nem sempre é fácil, mas que já viveu dias mais difíceis no passado. "Já foi sofrida a nossa vida. Uma parte foi boa e outra sofrida mas, graças a Deus, nós sobrevivemos. Não tinha rodagem [estrada] por aqui, não tinha médico. A pessoa adoecia, levava para Cavalcante [um dos municípios que compõem o território kalunga, distante 30 quilômetros da comunidade] na rede", recorda.

"Hoje está melhor porque já tem médico, já tem muitas coisas. Hoje já tem até o posto [de saúde] aqui, também. Uma hora tem médico, outra hora não tem. Mas a hora que tem já serve", resigna-se.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, apenas os estados do Acre e de Roraima e o Distrito Federal não contam com esses remanescentes. Mais de 200 processos de certificação ainda estão sendo analisados e mais de 500 comunidades foram identificadas pela fundação como quilombolas, mas não solicitaram a Certidão de Autodefinição, já que o primeiro passo para ser quilombola, é se reconhecer como tal.

É o famoso sentimento de identidade, como explica Juvani Jovelino, líder espiritual da Comunidade Kaonge, na Bahia. "Ser quilombola é você saber [a origem] os 50% do seu sangue. Não é só negro que é quilombola, porque existe branco também que é quilombola porque tem 50% do sangue que ele não procurou saber de onde vem."



PA-252 permanece interditada por quilombolas

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 18.11.2013

Continua interditada, na tarde desta segunda-feira (18), a rodovia PA-252, após moradores da comunidade quilombola Santana do Capim, localizada no nordeste do Pará, próximo ao município de Abaetetuba, realizarem uma manifestação contra a construção de uma ponte dentro do terreno quilombola, além de pedirem melhorias na área.

De acordo com Manoel Clauderir, presidente da associação quilombola, não há previsão de liberação da rodovia. "Nós só vamos liberar a rodovia quando um representante do governo do Estado, que tenha poder de decisão, chegar aqui para conversar com a gente. Não concordamos com a construção da ponte, que está atingindo a comunidade. Além de que, faltam investimentos na saúde e na educação", afirma.

Uma equipe da Polícia Rodoviária Estadual (PRF) está no local e tenta negociar a liberação da pista, que está fechada desde a manhã de hoje.

O DOL entrou em contato com a Secretaria de Estado de Transportes do Pará e aguarda retorno.



Quilombolas ganham mesa permanente de regularização

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.11.2013

Encontro servirá para comunidade debater problemas e encaminhar sugestões para facilitar no processo fundiário

Nesta semana em que se comemora o Dia da Consciência Negra, festejado quarta-feira (20), a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Rio Grande do Norte instala a mesa permanente de negociação de processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas. A solenidade está marcada para esta terça-feira (19), a partir das 14h, no auditório da Pinacoteca, no Centro da Cidade, em Natal (RN).

A mesa é um espaço institucional que tem o objetivo de debater, identificar problemas e encaminhar soluções relativas à regularização dos territórios quilombolas. Funcionará com a realização de reuniões mensais, sempre as primeiras quartas-feiras de cada mês, na sede do Incra de Rio Grande do Norte, com temáticas de cunho institucional e de controle social.

Irão participar, além do Incra, o governo do estado, por intermédio das Secretarias de Regularização Fundiária e Apoio a Reforma Agrária (Seara), de Justiça e Cidadania (Sejuc), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério Público Federal e entidade da sociedade civil que trabalham com comunidades negras.

O Incra já realiza encontros mensais e discute temas relacionados às famílias quilombolas. A instalação de amanhã é para oficializar a existência desse fórum de debates e rotineiro na autarquia agrária e, também, convidar novas entidades para se agregarem ao grupo.

No Rio Grande do Norte, a Fundação Palmares reconhece 22 comunidades como remanescentes de quilombo. Destas, 18 buscaram o Incra para dar início ao processo de regularização fundiária.

Estas áreas estão localizadas nos Territórios do Açú/Mossoró, Alto Oeste, Seridó, Terra dos Potiguaras, Potengi e Sertão Central. As duas maiores são Macambira, em Lagoa Nova, que tem 263 famílias, e Capoeira dos Negros, em Macaíba, com 260 famílias.

As comunidades com processos de regularização mais avançados são: Jatobá (Patu) e Acauã (Poço Branco), nestas o Incra já se imitiu na posse. Isso significa que elas já não pertencem mais aos seus antigos proprietários, estando de posse do Incra. Em Boa Vista dos Negros (Parelhas) e Capoeiras (Macaíba), o Governo Federal publicou o decreto de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Em Aroeiras (Pedro Avelino), Nova Descoberta (Ielmo Marinho), Pavilhão e Sítio Grossos (Bom Jesus) foram publicados os Relatórios Técnico de Identificação e Delimitação (RTID),

CONT.



documento composto pelo relatório antropológico, cadastro das famílias, levantamento fundiário da região, planta e memorial descritivo do território. Todos esses passos são essenciais para que as famílias recebam o título definitivo coletivo de posse das terras.

Lei

O Incra é a instituição responsável pelo reconhecimento, demarcação e regularização de áreas remanescentes de quilombos no País. A ação se desenvolve da seguinte forma: as comunidades quilombolas se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

A partir do Decreto 4.883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) /Incra a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Autodefinição

Em 12 de março de 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. É a própria comunidade que se autoreconhece "remanescente de quilombo".

O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição.

Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autoreconhecimento em nome da mesma. A partir daí, é aberto o processo na autarquia agrária, dando início à regularização fundiária.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Terras Quilombolas: mobilização nacional marca Semana da Consciência Negra
SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO, 18.11.2013

Na primeira matéria da série, entenda quem são os quilombolas, quais seus direitos, o lento processo de regularização de suas terras e os principais problemas que a demora ocasiona

A comunidade quilombola do Sambaquim e Riachão do Sambaquim localiza-se na zona rural do município pernambucano de Panelas, a 201 km do Recife.

Descendentes de uma população negra do extinto Quilombo de Palmares, as famílias do Sambaquim e do Riachão nunca tiveram o registro de suas terras, as quais foram tomadas por fazendeiros da região, que as "compraram" em cartórios, no começo do século XX.

Aqueles que resistem ao êxodo e à falta de terra e renda, ainda hoje, guardam oralmente a história de luta de seu povo, dançando, cantando e improvisando cirandas e mazurcas, manifestações culturais características da localidade.

Em 2005, a partir de uma reunião dos membros da Associação Quilombola do Sambaquim e Riachão do Sambaquim, surgiu a ideia de unir esforços em busca de um sonho coletivo. Um bingo para alugar um ônibus. Uma viagem para alcançar um sonho. Até onde a vista alcança.

Confira o vídeo (<http://curtadoc.tv/curta/povosidentidade/ate-onde-a-vista-alcanca/>)

Mestres artesãos quilombolas de AL contam histórias com peças em barro

SÍTIO G1, 18.11.2013

Ceramistas Antônio e Irinéia moldam o cotidiano do povo do Muquém. Marinalva Silva produz objetos utilitários de cerâmica há décadas.

Por Waldson Costa
Do G1 AL



Personagens do cotidiano quilombola do Muquém moldados por Antônio e Irinéia (Foto: Waldson Costa/G1)

O cotidiano da vida moderna e do passado quilombola moldado no barro. É com arte que o povo negro do povoado Muquém, descendentes diretos das famílias que habitaram a Serra da Barriga, o 'Quilombo dos Palmares', em União dos Palmares, principal ponto de resistência contra a escravidão no Brasil, contam as suas histórias.

Ceramistas por tradição passada de geração em geração, os artesãos do Muquém produzem com a mesma técnica do passado, com o barro moldado a mão e cozido em fornos artesanais, peças decorativas e utilitárias que ganham o mundo. Com o casal Antônio Nunes, 73, e

Irinéia Rosa, 66, o barro retirado das margens do rio Mundaú ganha forma ao ser transformado em gente. Personagens da vida real, com traços e características do povo quilombola.

Entre as peças de cerâmica deles estão as tradicionais cabeças, marca do casal de artesãos devido à singularidade da modelagem e esculturas que remetem o dia a dia da comunidade e elementos da cultura popular, fazendo referência ao velho pedinte com cajado e cuia na mão, ao padre, as mulheres com crianças nos braços, os homens com seus animais e alfares do campo e até mesmo a reprodução da antiga jaqueira da comunidade Muquém, que abrigou dezenas de quilombolas durante a enchente de 2010.

"As ideias surgem da observação. Reproduzimos muita coisa do que vemos e vivemos, mas também criamos com o que passa por nossa cabeça. Na escultura da jaqueira tentei reproduzir cada personagem que viveu aquele momento, as mulheres, os jovens, o bêbado e até o cachorro", conta Irinéia, artesã que faz parte do registro do Patrimônio Vivo de Alagoas.

De sorriso fácil e histórias longas, o artesão Antônio, esposo de Irinéia, também molda suas peças. Entre elas, a imagem de São Francisco e diversas cabeças. A escultura preferida dele é

CONT.



a do casal de namorados, que ganharam ao longo dos anos a companhia de pombinhos e de lagartixas. “Aqui sou eu e ela. Mas pode ser qualquer outro casal também que se ama”, explica o artista que foi um dos contemplados por sua produção em cerâmica no Prêmio Culturas Populares - Edição 100 anos de Mazzaropi.

As peças em cerâmicas do casal Antônio e Irinéia viraram produto de exportação cobiçado por colecionadores de todo o mundo. Mesmo assim, suas esculturas são comercializadas a preços simbólicos que variam entre R\$ 20 e R\$ 200 a peça, dependendo do tamanho e formato. “Comercializamos muito em feira de artesanato. Há também muitas encomendas. Mesmo assim, sempre temos peças conosco na comunidade porque sempre aparece alguém em busca do artesanato”, completa Irinéia.

Arte utilitária

Já a artesã Marinalva Bezerra da Silva, 75, que também vive na comunidade Muquém, usa o barro para fazer objetos utilitários. Entre suas produções estão panelas, potes, moringas, cuscuzeiras, chaleiras e outras peças que são usadas no dia a dia.

“Aprendi a moldar barro na infância com minha avó e minha mãe. Antigamente, quando as peças de alumínio e vidro não eram tão fáceis, toda casa tinha objetos de barro. Minha família viveu anos produzindo essas peças e vendendo nas feiras de União dos Palmares e Ibateguara”, relata Marinalva, artista que também foi contemplada no Prêmio Culturas Populares - Edição 100 anos de Mazzaropi.

As peças utilitárias da artesã também são comercializadas na comunidade a preços simbólicos que variam entre R\$ 10 e R\$ 30.

Índios e Quilombolas de Oriximiná (PA) irão a Brasília

SÍTIO JORNAL GGN, 18.11.2013



Jornal GGN - Uma delegação de índios e quilombolas de Oriximiná (PA) estará em Brasília, mais uma vez, para cobrar a regularização da demarcação e titulação de suas terras. O encontro deve acontecer até esta terça-feira (19) com representantes do governo federal.

Para mobilizar a população em geral, os grupos estão, desde 2 de outubro, com um abaixo-assinado na internet para enviar às autoridades competentes. A campanha é encabeçada pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A moção reivindica a imediata publicação do relatório de identificação das terras indígenas Kaxuyana/Tunayana, pela Funai (Fundação Nacional do Índio), da região quilombola Alto Trombetas, pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); e a agilização dos processos de regularização das terras quilombolas Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira por Incra e Iterpa (Instituto de Terras do Pará).

Outra demanda exigida se refere ao cancelamento das autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar estudos e exploração mineral dentro das terras quilombolas, além da interrupção de qualquer atividade minerária, inclusive pesquisas, antes de titulação.

Todas as assinaturas serão encaminhadas para a Funai, Incra, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Iterpa e MPF (Ministério Público Federal).

Quilombolas celebram Consciência Negra
SÍTIO PREFEITURA DE ANGRA, 18.11.2013

Cultuar apoiou evento organizado pelos remanescentes do quilombo de Santa Rita do Bracuí



A Prefeitura de Angra dos Reis, por meio da Fundação de Cultura (Cultuar) está promovendo diversas ações alusivas ao Dia da Consciência Negra, que é comemorado no dia 20 de novembro.

Como parte das atividades, a Cultuar apoiou o evento organizado pelos quilombolas de Santa Rita do Bracuí, que realizaram uma grande festa na noite de sábado, 16.

- Festejar Zumbi dos Palmares é retornar às nossas origens. É valorizar a luta do povo

negro ao longo dos anos no Brasil, suas conquistas e, principalmente, nos lembrarmos que o preconceito ainda existe entre nós e precisa ser combatido através do acesso à educação e à cultura - diz Délcio José Bernardo, presidente da Cultuar.

A atividade contou com uma visita de alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF) ao quilombo, apresentação de jongo e show de forró.

Programação da Semana da Consciência Negra
Até dia 20

Casa Larangeiras
Exposição "Cantos, tambores e saberes - as várias Áfricas de Angra dos Reis"

Dia 18

Roda de Conversa - Tema: Matrizes Indígenas e Africanas; encerramento com apresentação do percussionista Jorge Moreno (Etiópia), no Convento São Bernardino de Sena, às 19h

Apresentação do Coral da Cidade de Angra dos Reis na Igreja São Benedito, no Camorim Pequeno, às 20h

Dia 20, 9h

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

Praça Zumbi dos Palmares

Manhã na Praça: homenagem com flores do Ylá Dudu e UMUCAR no busto de Zumbi dos Palmares

Apresentação do Projeto RUA, com a Batalha do Conhecimento

Roda de Conversa na Casa Larangeiras com representantes do Ylá Dudu, UMUCAR, Quilombo do Bracuí, Cultuar, às 19h

Posse do Conselho de Política da Igualdade Racial

Assinatura do Termo de Adesão ao Plano Juventude Viva - "Plano Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra"

Encerramento com Kizomba (jongo, capoeira e atividades diversas)

Apresentação do Coral da Cidade de Angra dos Reis, com Missa Luba, na Igreja Cristo Rei da Japuíba, às 19h

Dia 21, 8h às 17h

Casa Larangeiras

Seminário de Formação - Tema: Dos Pretos Novos aos Novos Pretos - Pensar Raça/Etnia na Escola

Dia 22, 19h

Centro Cultural Theóphilo Massad

Vídeo documentário: Jongos, Calangos e Folias

Dia 23

Encontro de Capoeiristas da UBC na Casa Larangeiras, de 9h às 12h e de 14h às 21h

Cortejo às 19h: Praça Amaral Peixoto (Praça do Porto) com roda de capoeira, projeto RUA, percussão com Jorge Moreno "Etiópia", jongo, além da participação da UMUCAR e Ylá Dudu

Encerramento com grupo Nosso Som, na Praça Zumbi dos Palmares

Dia 24

Encontro de Capoeiristas da UBC na Casa Larangeiras, de 9h às 14h

Roda de Conversa com Jorge Coutinho (presidente do SATÉD/RJ), no Centro Cultural Theophilo Massad, às 19h

Dia 30, das 10h às 18h30

Casa Larangeiras

Batizado de Capoeira do Centro Cultural Senzala - Senzaleado com Mestre Abutre

Regularização Fundiária Quilombola é tema de audiência pública do MPF/AP
SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 18.11.2013



Evento acontece em 26 de novembro, no auditório da AGU. Participam comunidades tradicionais, representantes do executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil

Por meio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), o Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) realiza audiência pública com o tema "Regularização Fundiária Quilombola". O objetivo é promover debate sobre o processo de regularização de terras quilombolas no estado. Participam da discussão comunidades remanescentes de quilombos, representantes do Ministério Público do Estado do Amapá, do executivo, legislativo e judiciário e sociedade civil. O evento acontece na terça-feira, 26 de novembro, das 8h30 às 13h, no auditório da Advocacia Geral da União (AGU) localizado na Avenida Fab, esquina com Rua Leopoldo Machado, no Centro.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, o Amapá possui mais de 30 comunidades certificadas como remanescentes de quilombos. Sabe-se, porém, que existem várias outras ainda não certificadas. Os descendentes de escravos africanos residem em dez dos 16 municípios do estado. Para acompanhar ações de regularização desses territórios e a efetivação dos direitos sociais dos quilombolas, tramitam no âmbito do MPF/AP inúmeros inquéritos civis. É atribuição da 6ª CCR a defesa dos interesses de comunidades tradicionais.

Com a audiência pública, a instituição espera reunir informações para dar continuidade aos procedimentos abertos sobre o tema. O credenciamento de pessoas, órgãos e entidades interessados em participar pode ser feito pelo site www.prap.mpf.mp.br ou pessoalmente no dia do evento, às 8h30.

Programação – A audiência inicia às 9h, com apresentação cultural dos remanescentes de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

quilombos. Em seguida, procuradores da República representantes da 6ª CCR e da PRDC abrem oficialmente o evento. Logo após, falam representantes de comunidades e autoridades credenciados. O encerramento está previsto para 13h.

Quilombolas – A Fundação Cultural Palmares identifica como quilombolas descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Em todo o Brasil, são mais de 1.500 comunidades certificadas pela Fundação.

Serviço

Procuradoria da República no Amapá

(96) 3213 7815

ascom@prap.mpf.gov.br

Twitter: @MPF_AP

TRF4 marca julgamento sobre a titulação de comunidade quilombola
SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.11.2013



O julgamento será no dia 28 de novembro, no TRF4, Porto Alegre/RS. Ao julgar a titulação do Paiol de Telha, desembargadores federais consolidarão uma posição acerca de todos os outros territórios quilombolas da região Sul

Do Terra de Direitos

No mês que marca a luta e a resistência do povo negro no Brasil, com o Dia da Consciência Negra, o Tribunal Regional Federal da Quarta Região – TRF4 irá julgar processo que envolve a titulação das terras da comunidade quilombola Paiol de Telha. O julgamento será no dia 28 de novembro, em Porto Alegre/RS. A decisão afetará diretamente 300 famílias do Paiol de Telha, de Reserva do Iguaçu, região centro do Paraná.

O caso é emblemático por envolver o questionamento da constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas, prevista no art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Ao julgar a titulação da comunidade Paiol de Telha, desembargadores federais do TRF4 consolidarão uma posição acerca de todos os outros territórios quilombolas da região Sul, influenciando também outros processos em curso no país. Logo, toda Comunidade Quilombola auto-identificada no Brasil, passará pela mesma ameaça de deslegitimação identitária.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 questiona o Decreto Federal 4887/03 no Supremo Tribunal Federal. Seu julgamento teve início no ano de 2012, quando o Ministro

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

Relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, não sendo possível afirmar a posição do STF acerca do tema.

Neste contexto de tramitação da ADI, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional, que poderá influenciar outros julgamentos ligados à titulação de terras quilombolas. Caso a decisão seja favorável às famílias, poderá significar avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direito humanos dos povos tradicionais quilombolas do Brasil, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239.

Participe da campanha que cobra a titulação do território quilombola da comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão. Assine e divulgue a petição. Curta e divulgue também a página da campanha no facebook.



V Ciclo de Cinema Documental exhibe produções de comunidades quilombolas
SÍTIO CARTA CAMPINAS, 18.11.2013



A partir desta terça-feira, 19 de novembro, o Museu da Imagem e do Som de Campinas e a Casa de Cultura Tainã exibem, como parte das atividades do V Ciclo de Cinema Documental, uma série de produções documentais que se desenvolveram em comunidades quilombolas e abordam seus conflitos e suas lutas. As obras serão apresentadas de terça a sábado, a partir das 19 horas, no MIS. No domingo, dia 24 de novembro, serão exibidas cinco produções documentais na Casa de Cultura Tainã, às 17h.

Algumas das comunidades quilombolas que terão

suas produções exibidas fazem parte da Rede Mocambos, uma rede de comunicação comunitária constituída de comunidades rurais – como comunidades quilombolas, indígenas, caiçara – e também de comunidades urbanas. Fundada em 2007 como um projeto desenvolvido em parceria com o Ministério das Comunicações, a Rede funciona por meio de articulações locais que organizam seus telecentros e estruturam um processo de comunicações para romper com seu histórico de isolamento.

Hoje, a Rede engloba 200 comunidades integradas por meio de trocas permanentes de projetos, saberes e produtos. Dentre estas trocas, estão os saberes tecnológicos para o domínio dos processos de comunicação e das linguagens, que passaram a ser desenvolvidos junto ao campo tradicional de cultura de cada comunidade. (Da Rede Carta Campinas com informações de divulgação)

Confira a programação completa do ciclo que acontecerá no MIS e na Casa de Cultura Tainã:

MIS – Dia 19/11 – Terça-Feira – 19h

“Brincando com os Deuses” – direção Guta Galli

Curta-metragem – dur. 8’ 30” – Guarulhos, SP, 2010

Representações de crianças em torno das divindades do Candomblé, apresentando os conceitos e elementos que caracterizam cada divindade.

“A Cidade das Mulheres” – direção Lázaro Farias

Longa-metragem – dur. 72’ – Salvador, BA, 2005

Panorama da identidade visual e cultural de mulheres baianas que, através de gerações, criaram mitos, divindades que atuam no cotidiano da cidade. Roteiro inspirado no livro “A Cidade das Mulheres” da antropóloga americana Ruth Landes, escrito nos anos 30 do século XX.

CONT.



Dia 20/11 – Quarta-Feira – 19h

“Bumbo Dá Samba” – direção Mariana Valença, I. Vitoriano, P. Fabi e R. Pagiuso

Média-metragem – dur. 21’ 20” – Curso Jornalismo PUCCamp, Campinas, SP, 2003

Um olhar lúdico e ensaísta sobre a trajetória do samba de bumbo, a partir da história de pessoas de Campinas, Pirapora e São Paulo, que participam ou participaram das rodas de samba rural paulista. Uma contemplação da cultura negra, através do paradoxo entre a força do tambor e a fragilidade social.

“Pedra da Memória” – Dir. Renata Amaral

Longa-metragem – dur. 59’ 20” – São Luís, MA, 2011

Um diálogo estético entre as tradições populares do Brasil e do Benin (África Ocidental), em uma aproximação poética e reveladora conduzida pela memória de Pai Euclides Talabayan da Casa Fanti Ashanti .

Dia 21/11 – Quinta-Feira – 19h

“Caixa Preta” – direção Ana Cláudia Okuti

Curta-metragem – dur. 17’ 30” – Produção Nós do Morro – Rio de Janeiro, RJ, 2009

Docudrama sobre os dilemas da população pobre do Rio de Janeiro, enfrentando dificuldades financeiras, desemprego, estigmatização social e violência Policial.

“BAC Tainã” – direção coletivo da Casa de Cultura Tainã

Média-metragem – dur. 24’ – Casa de Cultura Tainã – 2003

Roda de conversa do pessoal da Tainã com Cláudio Prado, representante do MinC, sobre as configurações possíveis do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura.

“Semba” – direção José Guilherme Maia Lopes

Curta-metragem – dur. 6’ 56” – Casa de Cultura Tainã, Campinas, SP, 2012

Apresentação da obra do artista plástico Aluizio Jeremias, através da exposição Semba, abordando a história do samba campineiro.

Dia 22/Nov – Sexta-feira – 19h

“Quilombo Brasil” – coletânea de vídeos sobre projetos desenvolvidos por Quilombos da Rede Mocambos. Produção: Política do Impossível/Casa de Cultura Tainã/Rede Mocambos – dur. 128’, 2011.

“Luz Quilombola”- dur. 15’ 20” – Quilombo Ribeirão Grande, Vale da Ribeira, SP.

A construção de um gerador de energia movido por uma roda d’água para prover de energia elétrica o Quilombo Ribeirão Grande.

“Deslocamentos no Maranhão”- dur. 32’ 20” – Quilombo Canelatiua, Alcântara, MA. História do tratamento dado aos diversos quilombos da região de Alcântara, por conta da instalação e ampliação da Base Aeroespacial.

“Voz Livre, o que é ser quilombola hoje?” – dur. 17’ 30” – Olinda, PE.

O Quilombo Urbano do Xambá e a Rádio Amnésia reordenando a dinâmica das tradições afro-brasileiras de Olinda.

CONT.



"Conceição das Crioulas" – dur. 20' – Quilombo Conceição das Crioulas, PE.
Tensões e dilemas da trajetória de um quilombo com mais de 200 anos.

Dia 23/Nov – Sábado – 19h

"Quilombo Rio Do Macaco" – direção Josias Pires

Curta-metragem – dur. 15' – Bahia, Brasil, 2011

Canudos é aqui, entre Salvador e Simões Filho, na Baía de Aratu. Este filme mostra que a Marinha do Brasil deflagrou nesta região guerra a um grupo de famílias negras descendentes de escravos que viviam ali antes da chegada da marinha. Hoje constituem mais de 50 famílias reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo.

"A Voz dos Quilombos" – direção Lellete Couto

Média -metragem – dur. 22' – Superintendência da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos Rio de Janeiro, RJ, 2009

Documentário que tem por objetivo dar visibilidade aos remanescentes dos quilombos que vivem na Região Médio Paraíba, interior do Estado do Rio de Janeiro. A produção do filme foi acompanhada por jovens que participaram do I Encontro Est. da Juventude Quilombola.

"Arquitetura da Exclusão" – direção Daniel Lima

Curta-metragem – dur. 15' 30" – Rio de Janeiro, RJ, 2010

O documentário propõe um questionamento sobre os muros, visíveis e invisíveis, que permeiam os centros urbanos. Nesta proposição, o Morro Santa Marta, primeira favela a ser cercada por muros construídos pelo Estado do Rio de Janeiro, e o carnaval carioca apresentam-se como situações potentes da nossa realidade e imaginário.

"Caso Laurindo Gomes" – direção José Guilherme Maia Lopes

Curta-metragem – dur. 17', Cor – 2013 – Prosa na Serra, Iporanga, SP.

Laurindo Gomes, do Quilombo de Praia Grande – Iporanga, SP, sua história se mistura com a história de lutas das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, há quase 3 anos foi brutalmente assinado. Laurindo é lembrado por lutar pelos direitos aos territórios tradicionais, reconhecimento oficial das comunidades caboclas e quilombolas.

Casa de Cultura Tainã- Dia 24/11 – Domingo – 17h

"Quilombo Brasil" – coletânea de vídeos sobre projetos desenvolvidos por Quilombos da Rede Mocambos. Produção: Política do Impossível/Casa de Cultura Tainã/Rede Mocambos

"Deslocamentos no Maranhão" – dur. 32' 20" – Quilombo Canelatiua, Alcântara, MA. História do tratamento dado aos diversos quilombos da região de Alcântara, por conta da instalação e ampliação da Base Aeroespacial.

"BAC Tainã"- Curta-metragem – dur. 24' – Casa de Cultura Tainã – 2003

Discussão das proposições culturais sobre a definição do Programa Cultura Viva

"Semba" – direção José Guilherme Maia Lopes

Curta-metragem – dur. 6' 56" – Casa de Cultura Tainã, Campinas, SP, 2012 Apresentação da obra do artista plástico Aluizio Jeremias, através da exposição Semba, abordando a história

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

do samba campineiro.

“IPADE da Juventude Quilombola e Indígena no Rio Grande do Sul” – direção PC Barbosa –
Curta-metragem – dur. 16’ 19” – Núcleo Sul de Formação e Comunicação da Rede Mocambos –
2013.



Governo e UFPA promovem capacitação para catadores e ribeirinhos

SÍTIO GOVERNO DO PARÁ, 18.11.2013

Começa nesta quarta-feira (20) um curso de inclusão produtiva, que beneficiará cerca de 40 catadores e moradores da comunidade ribeirinha e do entorno da Central de Abastecimento do Pará (Ceasa). O curso é uma iniciativa do Núcleo de Planejamento e Projetos da Ceasa, em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), da Universidade Federal do Pará (UFPA). As pessoas serão capacitadas para o trabalho em setores da rede supermercadista do Estado.

Segundo a diretora financeira da Ceasa, Beatriz Amorim, o objetivo do curso é melhorar a vida de catadores, moradores do bairro Curió-Utinga e ribeirinhos. O professor Mauro Veloso, da Fadesp/UFPA, disse que o curso vai qualificar desempregados, a fim de inseri-los em um mercado de trabalho que está aquecido em Belém. "Só na Avenida Augusto Montenegro temos um supermercado e um hipermercado em construção, sendo que um deles é de uma rede internacional, que está entrando no mercado paraense. Esse cenário, para os que serão qualificados, cria novas oportunidades de trabalho e de melhoria para a vida dessas pessoas", informou.

Araguaci Alves, gerente de Projetos de Inclusão Produtiva da Seas, além de qualificar, o curso emancipará pessoas de baixa renda, como catadores e moradores da comunidade ribeirinha. "O curso ajuda principalmente aos catadores da Ceasa, pois a ideia é tirá-los dos lixões, já que em 2014 entrará em vigor a nova Lei de Resíduos Sólidos, que estabelece o fechamento de lixões como o do Aurá", explicou.

"Este momento é importante para nós, da Ceasa, pois com ações desenvolvidas com as pessoas que frequentam a Central diariamente em busca de alimentos, e que são vulneráveis socioeconomicamente, buscamos alternativas para incluí-las no mercado de trabalho, proporcionando cursos de capacitação e geração de renda", disse Zuliene Martins, assistente social da Ceasa.

Oportunidade - Fabíola Brito, 25 anos, uma das participantes do curso, acredita que está tendo uma grande oportunidade. "Parei de estudar na 4ª série do Fundamental, mas hoje estou fazendo o Projovem e quero fazer o curso na área de panificação. Nunca trabalhei fora de casa e tenho filhos para criar, e essa é uma boa chance de ter meu próprio negócio", ressaltou.

O curso será ministrado no prédio administrativo da Ceasa durante dez dias consecutivos (incluindo sábado e domingo), das 8 às 18 h, e resulta de um convênio firmado com a Associação Paraense de Supermercados (Aspas), voltado à capacitação nos setores de operação de caixa, açougue, padaria, reposição de mercadorias e embalagem. Após o curso, os participantes receberão um certificado e serão encaminhados ao Sistema Nacional de Empregos (Sine), para cadastro de currículo.

Índios fazem protesto por demarcação de terras na região de Ilhéus, na Bahia
SÍTIO G1, 18.11.2013

*Indígenas fecharam dois sentidos da BA-001 na tarde desta segunda-feira.
Segundo cacique, grupo também reivindica melhorias nas estradas.*



Índios da tribo Tupinambá de Olivença realizam uma manifestação na BA-001, próximo à cidade de Ilhéus, no sul da Bahia, na tarde desta segunda-feira (18). De acordo com o cacique Sival Magalhães, dentre outros pontos, o grupo pede a demarcação imediata do território indígena.

"Nós estamos reivindicando a demarcação do território Tupinambá de Olivença, que fica em Ilhéus, em uma área de 346 mil hectares. Nós queremos audiência com o Ministério da Justiça para discutir a demarcação. Também queremos melhoria nas estradas que ligam à aldeia", relata o cacique.

Segundo Sival Magalhães, cerca de 300 indígenas participam da manifestação. No entanto, a Polícia Rodoviária Estadual (PRE) afirma que 100 pessoas fazem parte do ato. O grupo bloqueou os dois sentidos da via com pneus e madeira. Por conta do protesto, o tráfego de veículos é lento no local, informou a PRE.

O cacique diz ainda que os manifestantes só deixarão o local quando conseguirem entrar em contato com o Ministério Público, Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Prefeitura de Ilhéus. "A nossa manifestação é pacífica. Nós estamos deixando passar os casos de saúde, emergência", acrescenta o cacique. Em contato com o G1, a assessoria de imprensa da Funai informou que representantes do órgão se dirigem até a região para reunião com os indígenas.

Índios atacam motoristas com pedras para roubar na PR-473

SÍTIO JORNAL GGN, 19.11.2013

Ataques ocorreram na PR-473, rodovia que passa em frente ao portão de entrada da Aldeia Rio das Cobras



Indígenas da Aldeia Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, estariam novamente atacando motoristas que passam pelo local. No entanto, desta vez os ataques não ocorrem na BR-277 e sim na PR-473, rodovia que passa em frente ao portão de entrada da aldeia.

Um motorista comunicou o fato ontem (17) aos policiais rodoviários federais. Conforme o relato feito aos PRFs, os índios estavam jogando pedras nos veículos que passavam pelo local para depois cometerem roubos.

Uma S10 teve tudo que estava no compartimento de carga roubado, além do aparelho de som. Um Monza foi danificado com as pedradas, mas o motorista conseguiu fugir antes de ser roubado. O condutor do Monza foi quem procurou a PRF.

A rodovia é estadual e a jurisdição é da Polícia Rodoviária Estadual. A 3ª Companhia é a responsável pelo local. O comandante interino da companhia, tenente Marco Aurélio de Carvalho, informou que nenhum comunicado foi feito pelos motoristas à PRE e que não há relatos anteriores deste tipo de ataque. "Vou determinar à equipe que verifique o caso e também que intensifique o policiamento naquele local. Os motoristas que foram vítimas podem entrar em contato conosco. O telefone 198 está à disposição para comunicação de casos como este", disse.

CONT.



BR-277

Em 2012 vários ataques provocados por indígenas foram registrados pela PRF (Polícia Rodoviária Federal) na BR-277, no trecho da aldeia. O fato motivou a PRF a confeccionar um dossiê que apontava que os indígenas estavam colocando pedras e paus na pista para provocar acidentes e realizar saques em veículos. O documento foi encaminhado aos órgãos responsáveis e motivou reuniões com o Ministério Público, a Funai e a comunidade indígena.

Conforme o chefe interino da Delegacia da PRF em Cascavel, Dirso Betiato, os ataques não foram mais registrados após as reuniões. “No entanto, quando ocorrem acidentes, se eles têm oportunidade, fazem saques”, diz Betiato.

Programa vai oferecer formação e capacitação para negros e índios

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.11.2013

Serão apoiados estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, assim como os com deficiência ou transtornos



Ministro da Educação recebeu o troféu Raça Negra

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, assinou nesse domingo (17), no Memorial da América Latina, em São Paulo, a portaria que cria o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. O objetivo do programa é oferecer formação e capacitação, em instituições de excelência no Brasil e no exterior, a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e a aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Mercadante assinou o documento no encerramento do Fórum Internacional de Estudantes Cotistas, quando recebeu o troféu Raça Negra. Ele classificou a política de cotas como fundamental na equiparação de oportunidades e citou números do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (ProUni) ao destacar que 50%

dos beneficiários são estudantes negros.

Nas universidades públicas que participam do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), 32% dos estudantes são cotistas — a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) previa 25% até 2014. O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento é, de acordo com o ministro, mais um passo para reflexão e pesquisa sobre a temática e de inclusão dos negros na pós-graduação.

As linhas de ação descritas na portaria ministerial preveem, por meio da oferta de bolsas de estudos, a formação desses estudantes e oportunidades de cooperação entre grupos de pesquisas, brasileiros e estrangeiros, além da troca de experiência em âmbito internacional.

Político, ativista social e escritor, Abdias Nascimento morreu aos 97 anos, em 2011. Na política, foi deputado federal (1983-1987) e senador (1997-1999). Como ativista militante, colaborou na criação do Movimento Negro Unificado. Desse movimento, surgiu a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nas artes, Abdias destacou-se em vários campos, em especial na criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944.



Fazendeiros farão leilão para financiar "resistência" contra indígenas

SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.11.2013

'De galinha a vaca OP [gado de Origem Pura]', os recursos seriam destinados a ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado sul-mato-grossense

Ruy Sposati,

de Campo Grande (MS)

Fazendeiros do Mato Grosso do Sul irão leiloar "de galinha a vaca OP [gado de Origem Pura]" para financiar a luta contra indígenas. Na última quarta-feira (13), ruralistas se reuniram na Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), em Campo Grande, para organizar o "Leilão da Resistência", evento cujos recursos serão destinados a ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado.

Após as mal-sucedidas negociações com o governo federal e indígenas, produtores da região têm se pronunciado de maneira virulenta sobre a questão fundiária no estado - e sobre quais serão os próximos passos dos ruralistas na "resistência" contra o avanço das ocupações indígenas.

No último dia 7, em reunião realizada na Acrissul, o presidente da entidade, Chico Maia, disse: "a Constituição garante que é direito do cidadão defender seu patrimônio, sua vida. Guarda, segurança, custa dinheiro. Para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização". Na reunião do dia 13, Chico afirmou que "novos confrontos estão por vir e algo precisa ser feito para evitar novas mortes".

O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Nilton Pickler, também veio à público corroborar a leitura da Acrissul. "Estamos em uma terra sem lei, onde invadir propriedade não é mais crime, alguma reação precisa ser feita", afirmou.

No início de novembro, um grupo de fazendeiros permaneceu acampando próximo à ponte que dá acesso à terra indígena Yvy Katu, em processo de demarcação há 29 anos e retomada pelos Guarani Nandeva em outubro. Durante o acampamento, ruralistas ameaçaram adotar "medidas próprias" caso o governo federal não apresentasse proposta concreta sobre o "litígio de terras" no estado. No local, circulavam panfletos e adesivos que conclamavam "republicanos, liberais, (...), empresários, militares (...), maçons" a dar um "basta ao marxismo cultural", sob o slogan de "Pelo direito à propriedade: O Brasil que produz reage!".

"Milícia privada"

Em contexto de conflito envolvendo indígenas e fazendeiros, em novembro de 2011, a empresa
CONT.



de segurança privada Gaspem, que prestava serviços a proprietários de terra que incidem sobre território tradicional, foi acusada de envolvimento na morte do rezador Guarani Kaiowá Nízio Gomes, no tekoha Guaiviry, em Aral Moreira. Na denúncia, o Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul (MPF-MS) classificou a ação da empresa como "milícia privada", exigindo a suspensão das atividades da companhia.

"Índio morto não luta mais"

Além dos fazendeiros, indígenas tem enfrentado a postura truculenta de alguns policiais federais. Conforme relatado pelo Conselho do Aty Guasu, organização política Guarani e Kaiowá do MS, o delegado da Superintendência da Polícia Federal do Mato Grosso do Sul, Alcídio de Souza Araújo, declarou que, se fosse preciso, chamaria a Força Nacional para retirar os indígenas e observou que "índios mortos não lutam mais, o sonho acabou".

Em entrevista à Rede Brasil Atual, o antropólogo Kaiowá Tonico Benites, do Conselho do Aty Guasu, afirma que o delegado Araújo disse à comunidade que "se vocês estiverem em 4 mil aqui, eu posso juntar 10 mil policiais, Força Nacional, para cumprir a ordem judicial."

"Vocês, índios, vivos podem até cobrar um milhão de reais pela morte de índio do governo, mas quem morreu já morreu", disse. Depois concluiu: "Não sei na crença de vocês, mas na minha crença só um homem ressuscitou, que é Jesus Cristo."

Com informações da Rede Brasil Atual, MPF-MS, Correio do Estado e Campo Grande News

Terras indígenas: ministro da Justiça fala sobre o tema

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 18.11.2013

José Eduardo Cardozo foi convocado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para explicar como serão feitas as demarcações e quais as medidas tomadas para solucionar as disputas por terras



Waldemir Moka e Benedito de Lira pedem soluções urgentes para o Supremo problema Foto: Pedro França

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Benedito de Lira (PP-AL), confirmou a vinda do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na quinta-feira, para participar de audiência pública sobre conflitos por terras envolvendo índios e produtores rurais. Cardozo foi convocado por ter deixado de comparecer a três reuniões da CRA para as quais havia sido convidado. Também participará da reunião o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, convidado pela comissão.

Supremo

A expectativa dos senadores é de que Cardozo também possa explicar como o governo fará as demarcações de terras indígenas a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação à Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Na interpretação de Waldemir Moka (PMDB-MS), ainda que o STF não tenha estendido as regras da Raposa Serra do Sol para todas as outras reservas, a decisão é clara e impede que reservas já existentes tenham a área ampliada sem que o governo compre as propriedades privadas a serem usadas. Para o senador, deve valer para todo o país o argumento do STF de que, em 1988, com a promulgação da Constituição federal, as terras da Raposa Serra do Sol eram ocupadas por indígenas e os arrozeiros, que chegaram depois, deveriam sair.

— O inverso também é verdadeiro. As terras onde não tinha índio em 1988 são dos produtores que lá viviam — argumentou Moka.

Casa Civil

Para ajudar na discussão, a CRA aguarda informações da Casa Civil sobre o histórico da ocupação territorial e o uso das terras rurais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que são foco recorrente de conflitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

— Recomendei à secretaria da comissão para cobrar a Casa Civil, para que, no próximo dia 21 nós já tenhamos esses dados. É de fundamental importância para nos dar maiores subsídios — disse Benedito de Lira.

Conflitos

Os conflitos no campo têm sido discutidos com frequência pela CRA. No último dia 7, os senadores cobraram da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati, soluções urgentes para a disputa entre agricultores e indígenas pela posse da terra. Os parlamentares também cobram do governo federal o cumprimento de compromissos que teriam sido assumidos, como o pagamento de indenizações a produtores que tiveram áreas desapropriadas para a formação de reserva indígena.



Famílias indígenas invadem fazenda no Anel Viário de Dourados

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.11.2013

A coordenação regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Dourados confirmou que acionou a Polícia Federal para verificar uma invasão de um grupo de indígenas a uma propriedade rural localizada próxima à região do Anel Viário, em Dourados, cidade 233 km distante de Campo Grande.

De acordo com informações do site Dourados News, na fazenda estão cerca de 90 famílias de índios Guarani e Kaiowá, que moravam próximo a MS-162 (avenida Guaicurus) há dois anos.

Líderes indígenas, informaram que o local onde eles estavam não suportava mais a quantidade de moradores (180 famílias) e devido a isso invadiram a fazenda alegando que as terras são de seus ancestrais.

Não há informações que a propriedade seja indígena e não se sabe se é uma situação antiga de conflito ou reivindicação.

Hoje pela manhã o coordenador Vander Nishijima disse que tomou conhecimento do fato, mas não sabia o número de indígenas que teriam ocupado a fazenda, pois o local é arrendado para uma usina de cana de açúcar.

O proprietário da fazenda disse por telefone que não comentaria o assunto.



Índios devem ser ouvidos sobre impactos de hidrelétrica

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 18.11.2013

Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que indígenas de Mato Grosso sejam ouvidos sobre a implantação de uma PCH (pequena central hidrelétrica) no município de Brasnorte, na região centro-oeste do estado.

Embora o empreendimento tenha potência tímida (30 MW, diante dos 11 mil MW de Belo Monte, no Pará), a decisão segue um dos pontos mais controversos sobre a construção de usinas na região Norte do país: o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, que determina a consulta sobre ações que possam afetar a população indígena. A 5ª Turma já havia tomado decisões semelhantes em relação a Belo Monte e a Teles Pires, localizada entre Mato Grosso e Pará.

A PCH Salto Belo/Sacre2 já está em operação, após receber autorização da Secretaria do Meio Ambiente do estado. O relator Souza Prudente, no entanto, avaliou que o processo de licenciamento deveria ter envolvido o Ibama, por ser este o responsável por executar a política nacional de meio ambiente desenvolvido pela União.

“Apesar de a usina hidrelétrica em questão não se encontrar situada no perímetro da terra indígena dos Parecis, é certo que a referida área sofrerá o impacto de sua construção (...), elemento suficiente para atrair a competência do Ibama”, escreveu em resposta a apelação do Ministério Público Federal.

O acórdão determinou que seja feito um estudo de impacto ambiental da obra e determinou multa diária de R\$ 10 mil por dia em caso de descumprimento.

Ao conceder a licença de operação, a Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso considerou que a PCH atendia pontos ambientais e estabeleceu a necessidade de acordos com comunidades indígenas.



Ataques aos direitos indígenas seguem, mas não sem resistência, por Cleber Buzatto
SÍTIO CEDEFES, 18.11.2013

Setores político-econômicos anti-indígenas continuam buscando, a todo o momento e a todo o custo, desconstruir os direitos historicamente conquistados pelos povos originários. Os indígenas, por sua vez, intensificaram a reação frente ao ataque sofrido e vêm construindo um processo de luta em defesa e pela efetivação de seus direitos e projetos de vida de maneira altiva, permanente e radical.

Em todas as regiões do Brasil e no chamado "centro do poder", em Brasília, muitas têm sido as manifestações protagonizadas pelos povos. Por meio de retomadas, auto-demarcações, bloqueios de rodovias e ferrovias, ocupações de espaços públicos, inclusive do Plenário da Câmara Federal e do Palácio do Planalto, presença assídua em gabinetes de parlamentares, órgãos públicos, visitas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outras iniciativas, os indígenas chamam a atenção e denunciam, às autoridades e à sociedade em geral, o ataque que estão sofrendo por forças econômicas, especialmente vinculadas ao velho latifúndio brasileiro.

Todo este movimento elevou a questão indígena ao patamar de uma das pautas políticas centrais em debate no Brasil. O tema é tratado cotidianamente, de maneira intensa, apaixonada podemos dizer, em diferentes instâncias dos três poderes do Estado brasileiro.

A temática indígena ganhou repercussão e visibilidade nacional e internacional. Jornais, televisões, rádios, sítios eletrônicos, blogs e redes sociais têm dado cobertura aos conflitos e às situações diversas envolvendo os povos indígenas em âmbito nacional e regional.

Caso baseássemos nossas análises em "aparências", poderíamos dizer que a situação política relativa aos direitos indígenas já passou por momento mais desfavorável daquele que se vive atualmente. No entanto, conhecendo o inimigo comum e o potencial político e financeiro que o mesmo detém, entendemos que os povos indígenas não podem cair no equívoco de imaginar que a disputa está ganha ou mesmo facilitada.

Ao contrário, tudo indica que os enfrentamentos apenas começaram. Nessas primeiras batalhas, ao longo destes dois últimos anos, temos o sentimento de que os povos ganharam terreno. Embora possam continuar insistindo com a tramitação da PEC 215/00 no congresso Nacional, os próprios ruralistas estão cientes de que dificilmente encontrarão terreno para sua aprovação e aplicabilidade. As chances do texto ser considerado 'inconstitucional' pelo STF são bem significativas.

Na nossa avaliação, no entanto, os povos não afastaram os riscos de reveses e retrocessos contra seus direitos. Neste contexto, ganha espaço e aumentam as possibilidades do ataque aos direitos indígenas, no próximo período, ser efetivado, de forma especial, por meio da regulamentação do parágrafo 6º do Artigo 231 da Constituição. Ao menos quatro Projetos de

CONT.



Lei Complementar (PLP) tramitam nessa direção, sendo o PLP 227/12 um deles.

Com alto potencial de imposição de limites ao direito de posse e usufruto exclusivo das terras por parte dos povos indígenas, esta iniciativa parlamentar articula interesses econômicos que vão muito além daqueles almejados estritamente pela bancada ruralista, envolvendo setores ligados à indústria da mineração, às empreiteiras, às empresas de energia, às Forças Armadas e o próprio governo, interessado em acelerar o seu modelo de "crescimento" econômico, consignado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A regulamentação da mineração em terras indígenas, por meio do PL 1610/96, ganha musculatura nessa mesma toada.

O resultado do julgamento dos Embargos de Declaração da Petição 3388, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou válidas as 19 condicionantes para o caso julgado, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mas que descartou a existência de "efeito vinculante" das mesmas em relação às demais terras indígenas do país, oferece forte argumento político e jurídico para o movimento indígena exigir, do Poder Executivo, a revogação da Portaria 303/12, da Advocacia Geral da União (AGU).

Concomitante, as declarações e iniciativas açodadas do ministro Luiz Inácio Adams (da AGU), durante e logo após o referido julgamento, na perspectiva de validar a portaria, impõe ao movimento indígena a urgente tarefa de promover mobilizações e lutas contra a medida. Do contrário, corre-se grande e iminente risco do Poder Executivo estabelecer, de fato, o efeito vinculante negado, de direito, pelo Poder Judiciário em relação às ditas condicionantes.

Este embate, ao mesmo tempo, deve dar-se na perspectiva de afastar os riscos em torno da repetidamente anunciada mudança no rito de demarcação de terras indígenas, bem como, a fim de que o Poder Executivo retome as demarcações paralisadas em âmbito nacional.

O governo federal, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tem apostado todas as fichas nas denominadas "mesas de negociações", onde busca aplacar os conflitos e ganhar tempo sem tomar as decisões que lhe são cobradas pelos povos indígenas. Como é evidente, esta é mais uma decisão politicamente equivocada do governo brasileiro, que não resolve os problemas e, ao empurrá-los "com a barriga", fortalece as possibilidades de ocorrência e agravamento dos ataques e das violências contra os povos.

Na esteira disso tudo, o governo, especialmente por meio de agentes da Secretaria Especial da Presidência da República, continua atuando na perspectiva de dividir povos e lideranças indígenas a fim de facilitar a implementação das obras de infraestrutura e geração de energia de interesse do capital sobre terras indígenas. O caso das hidrelétricas de Belo Monte e do Complexo do Tapajós seguem sendo emblemáticos neste sentido.

O abandono na área da atenção à saúde indígena segue vitimando inúmeros indígenas país afora, especialmente crianças menores de cinco anos, cujo número de óbitos mostra-se assustador e revoltante.

O contexto político no Brasil continua extremamente adverso aos povos indígenas. As mobilizações dos povos seguem como um imperativo na defesa de suas vidas e pela efetivação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

de seus direitos constitucionalmente previstos.

Fonte: Por Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Cimi

Deputada diz que falta “vontade política” para resolver conflitos indígenas

SÍTIO TRIBUNA MS, 18.11.2013



Deputada volta a questionar falta de ação para conter conflitos indígenas (Foto: Divulgação)

A deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) voltou a questionar a falta de vontade política do governo federal para assumir compromissos e resolver o conflito indígena em Mato Grosso do Sul.

Ela destacou que estas invasões a propriedades rurais trazem um sentimento de impunidade e “baderna” a população.

“Temos que restabelecer a ordem, acabar com esta baderna que está por aqui, falta pulso, atitude e rigidez para conter estas invasões”, destacou.

Caseiro espera que a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, em Mato Grosso do Sul, tenha surtido efeito e que ele tenha conversado com a presidente Dilma Rousseff (PT) para resolver a questão.

“Estão quebrando o direito de propriedade, hoje parece que é natural invadir propriedade e ficar por isso mesmo”.

A deputada voltou a reclamar que a União só ouve a palavra da Funai (Fundação Nacional do Índio) e outros representantes da sociedade, como os produtores, não estão sendo ouvidos.

“Não se faz justiça cometendo uma grande injustiça, a situação é lamentável e não vemos nenhuma ação para que ela seja contida ou resolvida”.

De acordo com dados da Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), há 73 propriedades invadidas em todo o Mato Grosso do Sul. Destas invasões, 15 aconteceram após acordo entre, índios, fazendeiros e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Cg. News



UFFS – Campus Chapecó debate a Luta Indígena e Camponesa

SÍTIO UFFS, 18.11.2013

Nessa terça-feira (19) acontece na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó o ciclo de debates do Estágio Interdisciplinar de Vivência de Santa Catarina (EIV).

O debate, que será às 19h30min, na sala 201 do Bloco A, vai tratar sobre a luta indígena e a luta camponesa e terá como debatedor o professor da UFFS – Campus Erechim, Daniel Francisco de Bem.

De acordo com o organizador do ciclo e professor do Campus Chapecó, Leonardo Santos, o evento terá dois momentos. “O primeiro será o debate e o segundo uma explicação para o público sobre o que é o EIV e como os interessados podem participar, pois a ideia é que cada vez mais estudantes participem desse estágio”, concluiu.

O Estágio

O Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) é uma atividade que existe desde 1989, em vários estados do Brasil, tendo com o intuito fortalecer as lutas entre campo e cidade, auxiliando na construção de outro modelo de desenvolvimento para o espaço agrário brasileiro. Em Santa Catarina existe desde 2006, tendo sua 6ª edição ocorrido no início deste ano, no município de Catanduvas.



Projeto hidrelétrico inundará comunidades indígenas da Guiana

SÍTIO ADITAL, 18.11.2013

Adital

Duas tribos indígenas da Guiana estão sendo ameaçadas pela construção de uma usina hidrelétrica. De acordo com o relatório, 'Escavado, secado ou inundado?', escrito pela antropóloga Dr Audrey Butt Colson e publicado pela Survival International, o governo guianense estaria encobrindo o projeto, arquivado inicialmente nos anos 1970, e que vai inundar completamente as terras do povo indígena Akawaio e de uma comunidade Akeruna por meio de uma barragem a ser construída no rio Alto Mazaruni.

Há pelo menos 40 anos, o projeto foi arquivado porque financiadores, incluindo o Banco Mundial, decidiram se retirar tendo em vista uma campanha promovida pelos Akawaio e pela Survival International. Atualmente, o governo não teria obtido o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas, conforme exigido pelo direito internacional. No entanto, as tribos já expressaram, de forma oral, sua oposição ao projeto.

A Survival alerta que a barragem transformará os Akawaio e os Arekuna em refugiados e destruirá uma área conhecida pela sua magnífica paisagem, biodiversidade e interesse científico. Ficou famosa graças ao livro de Arthur Conan Doyle, "O Mundo Perdido". As comunidades do Alto Mazaruni já declararam: "No passado, os nossos avós não aceitaram o hidroprojeto. Nós agora compartilhamos a mesma opinião e dizemos NÃO ao 'Projeto Kurupung' [antes conhecido como barragem do Alto Mazaruni]".

Jean La Rose da Associação dos Povos Ameríndios da Guiana também afirmou: "Entendemos que o país precisa se desenvolver em um mundo que está mudando, mas isso não deve vir ao custo de nossas vidas, como um povo. A terra é a fonte de vida que nos sustenta e terá de sustentar nossas futuras gerações. Nossa cultura, história e identidade distinta como os primeiros povos desta nação, que são dependentes de nosso meio ambiente para a sobrevivência, devem ser respeitadas. Os princípios de consentimento livre, prévio e informado devem ser implementados em todos os níveis por parte do Estado em todos os projetos e programas que terão impactos econômicos e culturais sobre nós como povos indígenas".

A Survival informa que é provável que empresas brasileiras do ramo da construção envolvidas na controversa usina de Belo Monte, no Estado do Pará, construirão a barragem, que forneceria energia para as indústrias de mineração da Guiana e do Brasil.

Os Akawaio têm instado o governo da Guiana por vários anos a reconhecer os seus direitos de terras coletivas, uma vez que um crescente número de garimpeiros guianenses e brasileiros tem invadido o seu território. Em 1998, eles levaram um caso à Alta Corte da Guiana, porém 15 anos se passaram, e a corte não chegou a nenhuma conclusão.

CONT.



O diretor da Survival International, Stephen Corry, afirma que "A Guiana está usando a sua 'Estratégia de Desenvolvimento de Baixo-Carbono' como um trunfo, todavia, isso não justifica a sua desapropriação cruel das florestas desses povos indígenas. Essa terra pertence aos Akawaio e os seus vizinhos os Arekuna. Esse projeto não é "progresso": é roubo, puro e simples. A história demonstra que quando a terra de povos indígenas é roubada, eles são deixados totalmente desamparados, isso é, se eles sobreviverem. Não se enganem sobre isso – esse projeto destruirá a tribo Akawaio".

Os Akawaio e os Arekuna totalizam ao redor de 10,000 indivíduos [estimativa conservadora] e vivem na floresta das Montanhas Pakaraima na Guiana, perto do Monte Roraima, desde tempos imemoriais. Eles têm roças florestais, onde crescem frutas e vegetais, e pescam no rio Mazaruni e seus afluentes. Coletivamente, eles se chamam de A'murugok ou 'Povo das Cabeceiras'.



Comunidade Maturacá
SÍTIO FONTE BRASIL, 18.11.2013

O Ministério Público Federal em Roraima recomendou que a Secretaria Estadual de Educação implemente medidas administrativas e operacionais para reforma da escola Indígena José Alamano, localizada na Comunidade Indígena Maturuca. A Secretaria terá 40 dias para informar ao MPF/RR acerca do cumprimento da recomendação e apresentar cronograma de execução da obra.

O MPF/RR abriu inquérito civil público para apurar as precárias condições na escola José Alamano relatadas pela Comunidade Indígena Maturuca. Conforme foi apurado, a escola desde de sua inauguração, no ano de 1996, nunca foi reformada e atualmente apresenta precariedades em sua estrutura física, de modo que, torna-se inviável o seu uso para lecionar aulas.

Ainda conforme o Ministério Público, a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Roraima – SEINF realizou vistoria no prédio da escola, elaborou todos os procedimentos de engenharia relacionados à reforma e os encaminhou à Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos – SECD para que fosse aberto processo licitatório. Porém, a Secretaria informou por meio de ofício que não existe procedimento para atender a escola Indígena José Alamano.

De acordo com o procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, a recomendação deverá ser atendida imediatamente devido a urgência do tema, que reflete diretamente na qualidade do ensino prestado à comunidade indígena Maturuca. “A reforma da Escola Estadual Indígena José Alamano possibilitará a adequada prestação de serviço educacional para as crianças, jovens e adultos da Comunidade Maturuca” afirmou.

O descumprimento da recomendação poderá resultar em ações judiciais (incluindo ações de improbidade), visando à defesa da ordem jurídica e de interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como à reparação de danos causados pelas condutas ilícitas, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e criminal individual de agentes públicos.

Hidrelétrica no rio Negro (AM) deve causar novos conflitos com povos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2013



Corredeira da bacia do rio Negro, cuja região passa por estudos da EPE. (Foto: Divulgação Foirn)

Por Elaíze Farias, Amazônia Real

O planejamento de construção de hidrelétricas na bacia do rio Negro (AM) deve criar um novo palco de conflitos sociais a exemplo do que acontece hoje na região do Xingu, com a barragem de Belo Monte, e no território dos índios munduruku, com a hidrelétrica do Tapajós. As duas barragens ficam no Pará. A avaliação é da doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Gláucia Baraúna.

“A projeção atual da criação de mais hidrelétricas ameaça a integridade dos povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia. Muitos desses povos já vêm se reunindo para fazer resistência aos novos empreendimentos”, afirma Gláucia, que desenvolve pesquisa de doutorado sobre as barragens da área do rio Madeira, em Rondônia.

O planejamento de hidrelétricas para a bacia do rio Negro também não é uma surpresa. Segundo Gláucia Baraúna ele representa o resgate de antigos projetos que remontam o período do regime militar no Brasil para a região, cujas maiores heranças, consideradas por ela como “desastrosas”, são as usinas de Tucuruí, no Pará, de Balbina, no Amazonas, e de Samuel, em Rondônia.

“Semelhante ao que temos visto atualmente, estas hidrelétricas foram erguidas para atender
CONT.



os interesses de empresas mineradoras. Foram empreendimentos que afetaram centenas de agentes sociais, entre indígenas e não-indígenas, que tiveram suas vidas marcadas pela falta de reconhecimento dos seus direitos e poucas conquistas, mediante uma série de problemas ambientais e sociais resultantes de tais intervenções”, avaliou Gláucia, que integra o grupo de pesquisa Nova Cartografia Social da Amazônia (Ufam).

Em suas pesquisas, Gláucia identificou que a bacia do rio Negro passou a ser mencionada no planejamento energético do país na década de 90 devido a sua vocação econômica para a exploração mineral.

A bacia do rio Negro, especialmente na área das corredeiras localizadas na região do Alto Rio Negro, no norte do Amazonas, passa atualmente por estudos socioambientais da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Em nota enviada ao portal Amazônia Real na semana passada, a assessoria de imprensa da EPE disse que o estudo é um diagnóstico socioambiental prévio ao inventário hidrelétrico a fim de ampliar o conhecimento sobre as características socioambientais da bacia. O estudo tem previsão de encerramento para março de 2014. Conforme a assessoria, no âmbito deste estudo, não serão realizadas pesquisas de campo para coleta de dados primários.

“O estudo em questão é estritamente de meio ambiente. Considerações sobre potencial hidrelétrico serão realizadas a partir de estudos futuros que conformem o inventário hidrelétrico da bacia do rio Negro”, disse a assessoria, em nota enviada ao portal.

Sobre a reunião realizada em Manaus em outubro, a assessoria da EPE disse que ela “contribuiu para obter maior conhecimento sobre os principais alvos para conservação da biodiversidade na bacia” e que “para o prosseguimento do estudo, estão previstas novas consultas aos especialistas da região”.

“Estudos livres”

Na extensão de toda a bacia do rio Negro, segundo o antropólogo, arqueólogo e consultor ambiental Fábio Origuela, há registro de 40 etnias, 86 territórios indígenas reconhecidos e 16 sem reconhecimento, além de 77 unidades de conservação de uso direto e indireto.

No ecossistema, a região possui, segundo Origuela, ambientes únicos de campinaras, campos rupestres nas serras e piaçabais, vegetação “singular” da região amazônica.

“Ali temos povos indígenas que guardam em sua mitologia sua história de adaptação e desenvolvimento neste meio único em termos socioculturais. Análogo, na atualidade, apenas com o Alto Xingu”, disse Origuela.

Estudioso da região do Alto Rio Negro, onde trabalhou e morou durante sete anos, Fábio Origuela diz que a EPE não contrataria serviços técnicos de diagnóstico socioambiental no rio Negro se a área não tivesse potencial, embora isto não signifique que haverá viabilidade devido aos grandes esforços de deslocamento de maquinário e pessoal para o local.

CONT.



“O que importa é que a partir destes estudos o rio Negro entra definitivamente no mapa energético. Pode não ser agora, pode não ser amanhã, mas se continuar neste ritmo não irá tardar”, afirmou.

Para Fábio Origuela, a reação frente à construção de hidrelétricas deve ocorrer “agora”, com a mobilização de uma rede de pesquisadores e das organizações indígenas e ribeirinhas e não durante as consultas públicas dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/Rima). Ele sugere a elaboração de um contra laudo, ou seja, um estudo livre da pressão de empreendedor para colocar um ordenamento nos próximos passos da EPE. “Seriam estudos de potencial e viabilidade, tendo em vista a modificação sem precedentes que a região pode sofrer”, disse.

Origuela reconhece que estudos como estes podem não barrar os empreendimentos, mas “jogam na mesa de discussão dados igualitários onde os envolvidos podem ter voz impositiva sobre o projeto”.

“Não é uma questão de barrar (o projeto da hidrelétrica). Ainda não há força suficiente para isso, mas dialogar, de não fazer de qualquer forma, entender que existe uma riqueza socioambiental que não deve ser desprezada. Creio num otimismo robusto em que ao menos haja um diálogo entre este Estado e nós que cremos que o rio Negro não precise (e a população) destas hidrelétricas”, afirmou.

Terena: “Querem a cabeça dele como troféu”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2013



Assembleia Terena, Foto – Ruy Sposati

Por Ruy Sposati, de Nioaque (MS), Assembleia Terena, em Cimi

Entre os casos de ameaças e ataques relatados por lideranças durante a 4a. Assembleia Terena, o mais sério, hoje, é o da retomada da terra indígena Pillad Rebuá, no município de Miranda. Em Pillad, 2,2 mil indígenas vivem confinados em 94 hectares, divididos em duas aldeias: Moreira e Passarinho. O território teve o primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não seguiu.

Em 9 de outubro, a comunidade da aldeia Moreira retomou uma das propriedades que incidem sobre o território reivindicado – a fazenda Trator Mil. Acampados no local desde então, os indígenas sofreram quase uma dezena de ataques a tiros e invasões atribuídos a fazendeiros da região.

Durante a assembleia, representantes da retomada relataram ameaças de morte que uma das lideranças da comunidade, Paulino Terena, tem sofrido. Em depoimento entregue por escrito ao Conselho, os indígenas relatam que “[fazendeiros] querem a cabeça dele como troféu”.

Segundo o documento, um ex-empregado de uma fazenda que incide sobre o território reivindicado pagaria dinheiro a dois jovens indígenas “para passarem informação de tudo que está sendo articulado naquele lugar”, e que estes jovens teriam levado um “recado” de fazendeiros para Paulino: “ele quer tirar a sua cabeça fora”.

CONT.



Os indígenas desconfiam que possa haver armamento ilegal, drogas ou dinheiro ilícito em algum lugar da fazenda, o que explicaria os ataques e ameaças. "Em uma dessas casas [dentro da fazenda], cogita-se que há existência de armas poderosas e de um cofre. Neste mesmo local há um depósito de óleo diesel clandestino", escreveram os Terena no depoimento. A casa não foi aberta e os indígenas convocam a Polícia Federal e o MPF a averiguarem o local.

Paulino confirma as ameaças, e afirma ter receio de ir ao perímetro urbano de Miranda. "Eles querem um pedaço de mim", expõe. "Já ouvi que querem cortar meu cabelo, cortar minha orelha. Eu ouvi de um proprietário de um supermercado local: 'se [a liderança] pisar dentro de Miranda, tem bala contada pra ele'. Já recebi duas vezes ligação no meu celular dizendo: 'Paulino, vai chegar o dia D'".

Trator incendiado

No último dia 12, fazendeiros expulsaram a tiros um grupo de famílias que havia retomado outra fazenda que também incide sobre a área reivindicada como terra indígena Pillad Rebuá. Um trator pertencente à comunidade também foi incendiado pelos ruralistas, acusam os indígenas.

Uma liderança que estava próxima ao local do conflito expõe a tensão. "Eu ouvi o grito do fazendeiro, dizendo: 'vou colocar fogo nessa merda aqui!' Eu não sabia onde ele ia colocar fogo. Quando olhei, era a fumaça no trator", explica. "Eles também dispararam as armas. Eles atiraram na gente. A gente não quer confronto, então a gente recuou, a gente voltou [para a aldeia Passarinho]".



Comunidade Guarani que a mais de 30 anos vive em uma faixa de domínio público, reocupa sua terra tradicional
SÍTIO CEDEFES, 19.11.2013

O dia de quinta-feira, 14 de novembro, voltou a nascer diferente para grande parte dos Guarani Mbya que a décadas estão acampados em uma pequena faixa de domínio da BR-290, km 299, no território do Irapuá, localizado entre os municípios de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul no Estado do RS.

O dia de quinta-feira, 14 de novembro, voltou a nascer diferente para grande parte dos Guarani Mbya que a décadas estão acampados em uma pequena faixa de domínio da BR-290, km 299, no território do Irapuá, localizado entre os municípios de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul no Estado do RS.

O som incessante da “cachoeira de carros” que cruzam dia e noite a BR-290 em uma das extremidades do acampamento e que impossibilita os Guarani a terem noção do que significa a palavra “silêncio”, foi substituído pelo belo barulho das águas correntes do rio Irapuá e pelos cantos e revoadas dos pássaros que partiam e chegavam de cima das árvores. Em sequência a este despertar, o som que pode se ouvir nestas novas manhãs foi o das crianças que, não mais presos entre a rodovia e a cerca de uma propriedade privada, correram livres pelo campo e pelos vales sendo acompanhados e educados pelos velhos e velhas da comunidade. Segundo o cacique Silvino Benites que caminha por esta área específica desde o ano de 1970, “dava até para ouvir o som de um sorriso”.

Os Guarani do Irapuá, mais uma vez cansados da esperar a decisão dos órgãos responsáveis, voltaram a erguer algumas casas improvisadas constituindo um novo núcleo de aldeia no coração desta área que jamais deixaram de ocupar. Desta forma decidiram reocupar em caráter permanente a sua terra, inclusive demarcada pela FUNAI, com mais de 30 anos de estudo e que indiscutivelmente é de ocupação imemorial. Em julho deste ano os indígenas haviam construído pequenas barracos de lona em partes da terra demarcada e que foram criminosamente incendiados.

Não se trata de uma grande extensão de terra, mas sim de um pequeno recorte de 222 hectares que se estende ao longo de uma faixa de mata nativa próxima do rio Irapuá. Sobre a área não existem propriedades nem benfeitorias, e até o episódio da queima dos barracos não havia sequer lavouras ou áreas agricultadas no espaço delimitado aos indígenas. Hoje, cientes da discussão acerca de possíveis indenizações em caso de ocupação indígena, lamentavelmente os proprietários do entorno passaram a avançar com plantações sobre a já pequena área Guarani.

Neste contexto, os Guarani receberam o procurador Pedro Sacco, do Ministério Público Federal de Cachoeira do Sul, em seu precário acampamento, não para tratarem de conflitos

CONT.



envolvendo terras indígenas ocupadas por agricultores ou fazendeiros, como desenhado em outras regiões do estado, mas para cobrarem empenho do procurador no sentido de ajudar a combater as propostas desviantes do estado do Rio Grande do Sul e das prefeituras locais e sobretudo a negligência da FUNAI e as práticas inconstitucionais do Ministério da Justiça que vem se negando a concluir o procedimento de demarcação e regularização de uma área desocupada e já demarcada. A postura omissa da Funai e a negligência do Ministro da Justiça acabam por manter os Guarani sob condições desumanas de vida e a incitar o preconceito e outras formas de violência dos moradores do entorno contra a comunidade indígena.

Nas palavras do representante do MPF, ficou clara a preocupação com a não demarcação do território por motivos advindos do cenário político atual onde existe grande pressão pela paralisação dos processos demarcatórios, e que essa realidade tende a se intensificar com a proximidade do período eleitoral. Porém, o Procurador garantiu aos indígenas que não se omitirá de suas atribuições e buscará de todas as maneiras possíveis medidas que visem o cumprimento dos direitos constitucionais do povo Guarani.

O procurador Pedro Sacco ao ser questionado pela comunidade indígena sobre o resultado e ou respostas ao documento enviado por ele, no dia 04 de julho, ao Ministério da Justiça, oportunidade em que descreveu ao ministro José Eduardo Cardozo a situação do território em questão e cobrou do mesmo a continuidade do processo demarcatório, o procurador referiu que até agora a resposta foi o silêncio. Coube aos representantes Guarani lamentarem o fato de tudo depender de uma assinatura de Cardozo e do fato de que esta assinatura poderia dar fim a um processo de décadas de sofrimento.

Os Guarani foram firmes em sua decisão de reocupar a área que denominam de Taquai ty e anunciaram ao procurador que irão de forma definitiva constituir sobre este o estado, que segundo a comunidade serve apenas para tirar o foco dos indígenas da terra que de fato os pertence imemorialmente.

Sobre as políticas de moradia ofertadas pela FUNAI, e em relação à saúde e educação que têm sido improvisadas pelo Estado e município, os Guarani agradeceram o empenho do Ministério Público lembraram: "Podemos ter tudo aqui em cima (na beira da estrada) que não teremos ainda assim quase nada, nossa saúde está naquela terra, nossa educação está naquela terra, queremos nossa moradia lá, queremos que nos crianças cresçam e morem lá".

Os líderes indígenas manifestaram, ao final da conversa com o procurador da República, preocupação com a segurança, em especial das crianças e dos mais velhos uma vez que já sofreram muita pressão e ameaças dos moradores na última vez que construíram seus barracos sobre a área. Solicitaram ao MPF que acione a FUNAI e as instâncias necessárias para que garantam proteção e fiscalização na área e que responsabilize o Ministro da Justiça por qualquer dano pela vida ou integridade dos membros da comunidade.

Sobre a terra de Irapuá não há edificações, moradores e nem moradias, portanto a terra é nua, por isso não se justifica a demora na conclusão da demarcação. Não dá para entender o porquê que um procedimento demarcatório, de uma pequena porção de terras de apenas 222 hectares, esteja há décadas paralisado no Ministério da Justiça.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

Os Guarani sugerem que o Procurador da República interpele judicialmente o ministro José Eduardo Cardozo por omissão, negligência e por submeter a comunidade a situação de vulnerabilidade.

Lamentavelmente este é mais um dos casos, em nosso país, em que um povo e suas comunidades tenham que ficar à margem e submetidos a todo tipo de violências e desrespeito aos seus direitos humanos em função de interesses políticos e econômicos.

Santa Maria, RS, 17 de novembro de 2013.

Fonte: Matias Benno Rempel - Gapin-Grupo de Apoio aos Povos Indígenas

Agricultura ainda é a maior fonte de renda de quilombolas

SÍTIO REVISTA EXAME, 19.11.2013

As comunidades quilombolas, uma herança dos refúgios dos negros escravizados do século 16, vivem, praticamente, da agricultura familiar

Thaís Antonio, da AGÊNCIA BRASIL



Sacas com produtos de plantação de quilombo: artesanato, produção cultural e turismo de base comunitária também contribuem para complementar a renda

Cachoeira - As comunidades quilombolas, uma herança dos refúgios dos negros escravizados que começaram a se formar no século 16, vivem, praticamente, da agricultura familiar. Quase cinco séculos depois, esse tipo de organização existe de forma muito expressiva no país. São mais de 2.400 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

A Agência Brasil publica, na Semana da Consciência Negra, uma série de matérias sobre como vivem os quilombolas descendentes dos negros escravizados trazidos para o Brasil no século 16. Amanhã (20), será comemorado o Dia da Consciência Negra, data em que morreu Zumbi dos Palmares. A cidade alagoana de União dos Palmares, onde morreu o líder do maior quilombo do país, terá uma série de eventos para comemorar a data.

Extrativismo, artesanato, produção cultural, turismo de base comunitária e a venda de produtos feitos a partir de matérias primas produzidas pela comunidade também contribuem para complementar a renda. "A agricultura é a atividade mais forte", explica o diretor do

CONT.



Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, Alexandro Reis. "O extrativismo também é uma atividade muito forte na área de quilombo. E hoje o governo federal tem apoiado o empreendedorismo, no artesanato, na produção cultural, na geração de renda, na capacitação técnica e na extensão rural."

Para a lavradora Aurea Paulino, da comunidade Kalunga, em Goiás, a roça é garantia de tranquilidade. "Você quer uma banana você tem, quer uma mandioca, você tem. O arroz e o feijão, que é o principal, a gente planta. Então eu acho bom, porque não é todo lugar que a pessoa tem esse privilégio", diz. "Aqui a gente sabe viver sem dinheiro. Aqui não tem violência. Pode sair e deixar a porta aberta. É um lugar tranquilo. Acho bom criar meus filhos do jeito que eu fui criada, estudando e trabalhando na roça", acrescentou.

No quilombo onde Áurea vive há um forte sentimento de comunidade. Os kalungas se ajudam muito e não deixam um vizinho passar necessidade. Se falta alguma coisa para algum integrante, a comunidade se organiza para ajudar.

Esse sentimento de unidade é muito presente nos remanescentes quilombolas em geral, como explica Ananias Viana, líder da comunidade baiana Kaonge. "Ninguém faz nada no individualismo porque é mais difícil de conquistar. É tudo no coletivo. Até a produção é no nível coletivo. Quem quiser plantar, colher em suas roças no fundo da casa, tudo bem", destaca. "Mas, para projeto de sustentabilidade, aqui tem que ser coletivo porque é a maneira que os nossos ancestrais fizeram e é a maneira que a gente considera melhor para a produção."



A língua dos índios botocudos na UFMG

SÍTIO JORNAL GGN, 19.11.2013

Hoje Matthias Nitsch vai falar na UFMG sobre seu trabalho de pesquisa que resultou na descoberta de mais tentativas de elaboração de dicionários da língua dos índios conhecidos como botocudos, residentes em Minas Gerais naqueles tempos de correrias e ocupações de territórios pelos brancos.

O dicionário até agora conhecido nos meios acadêmicos é o Wörterbuch der Botojudensprache elaborado por Bruno Rudolph, que - vindo da Alemanha como migrante - morou em Teófilo Otoni, MG, onde vivem hoje vários de seus descendentes.

Matthias Nitsch descobriu coisas novas a respeito das tentativas de compreender a língua dessas tribos e publicou seu trabalho acadêmico num livro em língua alemã que pode ser lido em

<http://www.grin.com/de/e-book/233225/grundlagen-fuer-die-restitution-von-swadesh-s-basic-vocabulary-im-woerterbuch>



Hániti Ho'únevo Têrenoe: Grande Assembleia do Povo Terena – Documento Final
SÍTIO CEDEFES, 19.11.2013

Aldeia Brejão
Terra Indígena Nioaque/MS
13 a 16 de novembro de 2013

O povo Terena se reúne pela primeira vez após a tragédia ocorrida em Buriti e presta sua homenagem ao guerreiro Oziel Gabriel, vítima da omissão do Estado brasileiro e morto pela bala da polícia federal, a quem cabia a segurança de nossas comunidades.

Nós povo Terena, reunidos na Aldeia Brejão, Terra Indígena Nioaque, município de Nioaque, entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013, juntamente com representantes do Povo Kinikinau, Povo Atikum e Povo Guarani Kaiowá e demais lideranças presentes, decidimos:

Política Geral

A tragédia está anunciada em Mato Grosso do Sul!

É público e notório a ameaça concreta intentada contra os povos indígenas pelos ruralistas deste estado. Repudiamos os chamados "leilões da resistência" anunciados pelos produtores rurais que tem por objetivo financiar milícias armadas. Denunciamos esse projeto criminoso que sempre existiu neste estado!

O governo federal instalou em Mato Grosso do Sul uma mesa de diálogo na tentativa de resolver a demarcação de nossos territórios. No entanto, após vários prazos estipulados pelo próprio ministro não há nada de concreto a ser apresentado aos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul. Os mesmos ruralistas que sentam à mesa conosco estão articulando no Congresso Nacional e Governo Federal manobras para arrancar nossos direitos conquistados. Não iremos mais sentar à mesa enquanto não houver proposta concreta! Não negociaremos nossos direitos!

Exigimos a revogação da Portaria n. 303 da AGU! O Supremo Tribunal Federal já decidiu que as condicionantes impostas no julgamento de Raposa Serra do Sol não são vinculantes, portanto, não devem ser aplicadas em MS.

Não discutiremos com o governo federal a regulamentação da Convenção 169 da OIT enquanto a Portaria 303 da AGU não for revogada.

Repudiamos a atitude da bancada federal de Mato Grosso do Sul diante da indicação política para ocupar cargo do DSEI/MS, sem consultar as lideranças indígenas.

Território

CONT.



A terra é nossa mãe, por isso não negociaremos. Repudiamos a mesa de diálogo imposto pelo governo federal! Exigimos que o Estado brasileiro cumpra a Constituição Federal e demarque os nossos territórios tradicionais.

A Terra Indígena Buriti pertence ao povo terena! Exigimos a demarcação definitiva e a resolução imediata do conflito fundiário.

Exigimos a portaria declaratória da Terra Indígena Taunay/Ipegue.

Repudiamos a manobra do estado de Mato Grosso do Sul que tem sistematicamente ingressado nas ações possessórias de demarcação, travando os processos no STF.

Exigimos a conclusão da demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha e Limão Verde.

Exigimos conclusão dos estudos complementares da Terra Indígena Lalima e Pilad Rebuá.

Exigimos que a FUNAI inclua a Terra Indígena Nioaque no cronograma de prioridades e inicie o estudo de identificação e delimitação.

Educação

Assim como temos feito a respeito de nosso território, também retomaremos nossa educação própria, específica, diferenciada e multilíngue. Nossas escolas não podem ser cabides de emprego. Nossas escolas, professores e alunos estarão juntos com nossas lideranças nas retomadas, pois acreditamos que sem nossos territórios não há que se falar em educação escolar indígena.

Nós iremos tomar frente das normas em nossas escolas. Não aceitaremos mais as imposições das secretarias municipais. Que as prefeituras municipais respeitem as decisões tomadas pelas lideranças quanto as lotação de professores e dos gestores da educação escolar indígena.

Queremos a eleição direta dos diretores da escola municipais e estaduais das escolas indígenas. Exigimos que concursos para professores indígenas sejam de fato diferenciado e específico. Também exigimos que todas as medidas tomadas pelas lideranças no campo da educação escolar indígena sejam respeitadas pelos órgãos públicos.

Encaminhamentos

1. Exigimos que a FUNAI publique portaria constituindo grupo de trabalho para fins a identificação e delimitação da Terra Indígena Nioaque, Município de Nioaque, Mato Grosso do Sul;
2. Exigimos que a FUNAI publique portaria constituindo grupo de trabalho para fins a identificação e delimitação do território do Povo Kinikinau, Mato Grosso do Sul;
3. Exigimos que a Presidência da FUNAI publique portaria regulamentando emissão documentos administrativo para indígenas;



4. Exigimos que o Ministério Público Federal e o Ministério dos Direitos Humanos incluam nossas lideranças que estão na luta pela terra no programa de segurança de direitos humanos;
5. Exigimos que a SESAI preste atendimento de qualidade às comunidades que estão acampadas em área de litígio, em especial saneamento básico;
6. Foram escolhidos os membros para APIB;
7. Foram escolhidos os membros da Comissão da Juventude Terena;
8. Foram escolhidos os membros da Comissão das Mulheres Terena;
9. Foram escolhidos os membros da Comissão da Saúde indígena;
10. O conselho Terena se propõe a dialogar com a FUNAI, no sentido de apoiar o povo Kinikinau a lutarem por seu território;
11. O Conselho Terena indica Fernando de Souza para ocupar o Cargo de Coordenador do DSEI – MS;
12. O Conselho do Povo Terena em conjunto com o Conselho Aty Guasu indicou nome de liderança indígena para serem lançados ao pleito de deputado estadual e federal em 2014;
13. Fica encaminhando que o III Encontro da Juventude Terena (Hánaiti Ho'únevo Inámaiti Xanéhiko Têrenoe) será realizado na Comunidade Esperança em setembro de 2014;
14. Fica encaminhado que o I Encontro das Mulheres Terena (Hánaiti Ho'únevo Senóhiko Têrenoe) será realizado na Comunidade Esperança nos dias 28 e 29 de novembro de 2013;
15. Fica encaminhado que a 5ª Assembleia do Povo Terena (Hánaiti Ho'únevo Têrenoe) será realizada na Aldeia Babaçu, Terra Indígena Cachoeirinha, em maio de 2014.

Assinam:

Aldeia Água Branca – Aquidauana
Aldeia Água Branca – Nioaque
Aldeia Babaçu – Miranda
Aldeia Brejão – Nioaque
Aldeia Buriti – Dois Irmãos do Buriti
Aldeia Buritizinho – Sidrolândia
Aldeia Cabeceira – Nioaque
Aldeia Cachoeirinha – Miranda
Aldeia Córrego do Meio – Dois Irmãos do Buriti
Aldeia Ipegue – Aquidauana
Aldeia Bananal – Aquidauana

CONT.



Aldeia Lagoinha – Sidrolândia
Aldeia Lalima – Miranda
Aldeia Limão Verde – Aquidauana
Aldeia Moreira – Miranda
Aldeia Morrinho – Aquidauana
Aldeia Oliveira – Dois Irmãos do Buriti
Aldeia São João – Bodoquena
Aldeia Taboquinha – Nioaque
Aldeia Água Bonita – Campo Grande
Aldeia Tarsila do Amaral – Campo Grande
Aldeia Te’y Kuê – Caarapó
Aldeia Tereré – Sidrolândia
Comunidade Esperança – Aquidauana
Comunidade Guyra Kambiy – Douradina
Comunidade Ita’y – Douradina
Comunidade Laranjeira Nhanderu – Rio Brilhante
Comunidade Mãe Terra – Miranda
Comunidade Maraóxapa – Miranda
Comunidade Ñu Porã – Dourados
Comunidade Pindo Roky – Caarapó
Comunidade Terra Vida – Dois Irmãos do Buriti
Organização do Professores indígenas da T.I. Buriti
Organização do Professores indígenas da T.I. Taunay/Ipegue
Acadêmicos indígenas da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB
Acadêmicos indígenas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Acadêmicos indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Acadêmicos indígenas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/Aquidauana

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

Legislativo de Tenente Portela realiza sessão na Terra Indígena do Guarita

SÍTIO PROVÍNCIA FM, 19.11.2013

Seguindo o roteiro de sessões descentralizadas, propostas pelo Projeto de Lei de autoria do vereador-presidente Claudenir Scherer, os edis se reuniram na noite desta segunda-feira com lideranças da Terra Indígena do Guarita.

Na oportunidade, o cacique Valdonês Joaquim e o diretor do departamento indígena, Valdir Joaquim, apresentaram pleitos solicitando maior apoio aos Jogos Indígenas do Rio Grande do Sul, previstos para abril do próximo ano, além da pavimentação poliédrica dos acessos as aldeias do Km 10, Três Soitas e Pedra Lisa.

Prefeito Wallas participa de ação social na Vila Olímpica Indígena

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 19.11.2013



Prefeito Wallas prestigiou ação social promovida no final de semana pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie na Vila Olímpica Indígena

Convidado por lideranças das aldeias Jaguapiru e Bororó, o prefeito de Itaporã Wallas Milfont (PDT) participou no sábado passado (16) da ação social promovida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie na Reserva Indígena de Dourados. O evento foi realizado na Vila Olímpica Indígena e contou com a participação de centenas de pessoas. O gerente municipal Serviços Urbanos, Guinovaldo Gama, o "Guinó", e o vereador em Dourados, Aguilera de Souza, também participaram da ação.

Durante a ação social, que já se tornou uma tradição nas aldeias Jaguapiru e Bororó,

Instituto Presbiteriano Mackenzie ofereceu diversos serviços à população indígena, entre eles, doação de roupas e calçados, distribuição de doces, brincadeiras com as crianças, cortes de cabelo e atendimentos em saúde, como medição de pressão arterial, teste de glicemia e outros serviços. A ação social também contou com diversas atividades culturais.

A Prefeitura de Itaporã foi responsável pela preparação da Vila Olímpica para receber a ação social. Há duas semanas, funcionários da Gerência de Serviços Urbanos executaram um mutirão de limpeza na Vila Olímpica Indígena.

No local, as equipes da Prefeitura de Itaporã, formada por oito funcionários, executaram um amplo trabalho de limpeza do complexo esportivo, incluindo os serviços de roçada, capina, poda de árvore, recolhimento de lixo e entulho e até dedetização de cupins e formigueiros existentes no espaço.

Conforme o gerente municipal de Serviços Urbanos, Guinovaldo Gama, o "Guinó", que comandou os trabalhos no local, apesar da Vila Olímpica estar localizada no município de Dourados, a Prefeitura de Itaporã decidiu realizar o serviço de manutenção e limpeza na Vila Olímpica Indígena após o prefeito Wallas Milfont (PDT) receber diversas solicitações de melhorias por parte de moradores e lideranças das aldeias Bororó e Jaguapiru. "O prefeito Wallas tem atuado em parceria com a comunidade indígena e nos determinou a limpeza completa da Vila Olímpica Indígena após receber diversas solicitações por parte de moradores e lideranças das aldeias", destacou o gerente.

Aproximadamente 35% da área ocupada pelas comunidades indígenas está dentro do limite territorial do município de Itaporã. O restante pertence a Dourados.

CONT.



Desde janeiro, quando assumiu o comando da Prefeitura de Itaporã, o prefeito Wallas Milfont tem enfatizado publicamente que a comunidade indígena será uma prioridade da nova administração municipal, destacando o desejo de construir uma relação harmônica de trabalho dentro das aldeias, levando infraestrutura e projetos que garantam a melhoria da qualidade de vida da comunidade indígena. "Nosso desejo é de ampliar o diálogo com as lideranças indígenas e construir um relacionamento institucional profícuo com a comunidade, prezando pelo respeito e pelos bons projetos que possam levar melhoria as aldeias", disse o prefeito.

Desde então, a Prefeitura de Itaporã têm executado diversos serviços de auxílio à comunidade indígena. Além do mutirão de limpeza da Vila Olímpica, em abril, a Prefeitura de Itaporã executou a recuperação de parte das estradas vicinais que cortam a aldeia. O serviço foi concentrado no trecho que vai da rodovia MS-156 até as proximidades da Vila Olímpica Indígena. O trabalho resultou na recuperação de um trecho de pelo menos 7 quilômetros de estradas dentro da aldeia Bororó.



Parceria garante plantio na Reserva Indígena de Dourados

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 19.11.2013

A terra começa a ser preparada para o plantio da lavoura de subsistência em 300 hectares, divididos entre as aldeias Jaguapiru e Bororó

Graças à parceria realizada entre uma usina sucroenergética de Fátima do Sul e Coordenadoria de Assuntos Indígenas e Ministério Público do Trabalho (MPT), vem sendo possível o preparo da terra na reserva indígena de Dourados para o próximo plantio. A terra vem sendo preparada pelos próprios indígenas.

Cinco tratores particulares da comunidade e um cedido pela prefeitura entraram em ação na última sexta-feira. A parceria garantiu que a terra começasse a ser preparada, para o plantio da lavoura de subsistência em 300 hectares, divididos entre as aldeias Jaguapiru e Bororó. Os tratores entraram em ação com a hora de trabalho sendo paga pela usina de álcool e açúcar.

Ao todo, os pontos agricultáveis da reserva indígena representam 900 hectares, porém a parceria estabelecida já significa um grande avanço, segundo o indígena guarani, Leomar Mariano, que faz parte da Coordenadoria de assuntos indígenas, órgão ligado ao município de Dourados. "Já representa uma boa parte e estas famílias selecionadas são aquelas que mais necessitam do trator para o plantio, sem o trator não há condições de cultivar a terra.

Em outras áreas onde os indígenas dispõem de meios próprios para o plantio da terra, a situação é diferente e este trabalho já está bem adiantado", disse. O principal interesse da comunidade indígena é pelo cultivo do milho e mandioca. São produtos que servem para serem consumidos internamente, mas também como fonte de renda, já que tem boa aceitação na venda de porta em porta realizada no perímetro urbano em Dourados.

"O milho tem inúmeras funções aqui na reserva e após secar o produto também serve para alimentar as galinhas, a mandioca também serve para muita coisa, além de alimentar as famílias", disse Leomar Mariano que, inclusive, é técnico agrícola. Cada família tem direito a 1/5 de hectare.

Após polêmica, vereador propõe feriado da Consciência Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013

Proposta começou a tramitar na Câmara de Curitiba na segunda-feira (18). Feriado da Consciência Negra na cidade foi suspenso pela Justiça

Fernando Castro - Do G1 PR



Vereador diz que índios e suas culturas ainda sofrem preconceito (Foto: Pedro Ladeira/ Folhapress)

Após a polêmica instaurada em torno da criação do feriado da Consciência Negra em Curitiba, o vereador Professor Galdino (PSDB) apresentou uma nova proposta de feriado. A proposta que transforma o dia 20 de janeiro em feriado da Consciência Indígena foi apresentada na segunda-feira (18) pelo parlamentar, dando início à tramitação na Câmara Municipal.

A apresentação da proposta ocorreu no mesmo dia em que o Superior Tribunal Federal (STF) manteve, provisoriamente, a decisão liminar da Justiça estadual de suspender o feriado da Consciência Negra – que seria celebrado pela primeira vez em Curitiba na quarta-feira (20).

O pedido da suspensão partiu da Associação Comercial do Paraná (ACP), que alegou a possibilidade de prejuízos em virtude do fechamento do comércio. O mérito da questão deve ser julgado posteriormente pelo órgão federal.

“Se foram criados dias como o da Consciência Negra, por que não termos também o Dia da Consciência Indígena?”, justificou o autor da proposta. Para Galdino, a homenagem visa combater o preconceito que ainda existe contra a etnia e suas culturas. “Os indígenas brasileiros foram, em sua maioria, subjugados, agredidos e tiveram direitos arrancados arbitrariamente”, acrescentou.

Ainda segundo o vereador, a escolha da data faz referência à memória do índio Aymberê, um dos líderes da revolta dos tamoios, que ocorreu entre 1554 e 1567.

A partir da leitura em Plenário, a proposta deve seguir para instrução da Procuradoria Jurídica da Casa, e deve ainda passar por comissões do Legislativo antes de estar apta a ser posta em votação.

MS – “Fazendeiros” invadem sede da Funai em Campo Grande

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013



Fotos: Arlindo Florentino

A sede da Funai foi invadida por mais de 200 pessoas que se dizem “fazendeiros”, por volta das 11 horas. Notícias de agora informam que “estão agredindo os servidores neste exato momento, chamando os homens de vagabundos e as servidores de vadias. A Polícia Federal foi chamada, mas até este instante não compareceu ao local, e a PM evadiu-se”.

Indagados sobre os motivos do protesto, os “fazendeiros” não sabiam explicar, como também desconheciam o que seria Suiá Missu (MT). A manifestação começou esta manhã, em frente à Funai em Campo Grande.

Abaixo, deixamos a informação da Midiamax,

com a versão da Famasul, entidade dos ruralistas locais. (Combate Racismo Ambiental).

Fazendeiros protestam contra reintegração de posse dos indígenas em frente à Funai

Nealla Machado e Arlindo Florentino – Midiamax

Proprietários rurais de várias partes do estado estão realizando, na manhã desta terça-feira (19), uma manifestação em frente à sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na avenida Maracaju, centro de Campo Grande. O protesto é contra as reintegrações de posse por parte dos indígenas no estado.

Eles também protestam contra o trabalho de vistoria que está sendo desenvolvido pela Funai. Que, segundo eles, não está sendo justo e não leva em conta os documentos apresentados pelos produtores.

Segundo os manifestantes, a ideia é que o protesto dure por toda a manhã. Eles interrompem momentaneamente o trânsito no local e logo depois o liberam, para chamar a atenção de quem passa.

João Aurélio Damião, 54 anos, é produtor rural em Caarapó e alega não ser contra a demarcação das terras indígenas, mas ele exige a indenização por parte do governo por conta

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

das benfeitorias feitas nas propriedades. “Nunca vi isso acontecer”, afirma.

“Em 30 anos morando em Caarapó, nunca se falou em conflitos entre índios e proprietários rurais. Mas, nos últimos cinco anos, a situação está insustentável na região. Não podemos mais aguentar”, confessa.

Os produtores afirmam que algumas famílias estão há mais de 60 anos nas terras, e que possuem documentos que garantem que o Estado passou diretamente a posse do local para eles. Com esses documentos, eles alegam ainda que podem comprovar que essas terras não têm qualquer ligação com as propriedades requeridas pelos indígenas.

-

Com informações enviadas para Combate Racismo Ambiental por Gustavo Guerreiro, Glória Freitas e Marcelo Christovão.



AGU confirma que ações sobre a demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha/MS devem ser julgadas pela Justiça Federal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013

A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, no Supremo Tribunal Federal (STF), que questões envolvendo a legalidade da demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha, no Mato Grosso do Sul, devem ser julgadas pela Justiça Federal e não pela Corte Suprema.

No caso, os advogados públicos defenderam no STF que não caberia ao Supremo julgar ações nas quais fazendeiros buscam anular processo administrativo referente à identificação, delimitação e ampliação da Terra Indígena Cachoeirinha, localizada nos municípios de Miranda e Aquidauana, em Mato Grosso do Sul. Os particulares também buscam a anulação da portaria do Ministério da Justiça que declarou a posse permanente da área ao grupo indígena Terena.

Os fazendeiros entraram com ação na Justiça de primeiro grau, alegando que as suas propriedades não são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, pois os títulos dominiais outorgados pelo estado de Mato Grosso são de mais de 110 anos, não sendo verificada ocupação indígena desde 1871. Sustentaram, ainda, que as medidas da Fundação Nacional do Índio (Funai) quanto à demarcação da terra indígena não observaram os princípios legais.

Com a intervenção do estado de Mato Grosso do Sul no processo, o juízo de primeiro grau entendeu que tal questão seria de competência do Supremo resolver, conforme o artigo 102 da Constituição de 1988, que prevê que as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta, devem ser julgadas pelo STF.

A AGU então recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região alegando que o ingresso do estado no processo não implica qualquer risco de abalo no pacto federativo, pois o seu interesse é de natureza meramente patrimonial, decorrente de eventual responsabilidade pela indenização das terras.

Além disso, segundo os advogados públicos, a controvérsia não se instaura diretamente entre o estado de Mato Grosso do Sul e os entes federais (União e Funai), mas apenas entre estes últimos e os supostos proprietários das terras demarcadas.

Mesmo após ação da Funai no TRF3, os processos foram enviados ao STF. Ao apreciar a questão, o Supremo Tribunal acolheu os argumentos da AGU e determinou o retorno dos processos ao juízo de primeiro grau, destacando na decisão que "seria inimaginável que um conflito entre um fazendeiro e um grupo de índios no interior do Mato Grosso do Sul causasse um abalo na Federação brasileira", ao reconhecer que não se trata de conflito entre entes da federação.

Atuaram no caso, a Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT), o Departamento de Contencioso
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 209 / 2013

Brasília, 19 de novembro de 2013.

da Procuradoria-Geral Federal (DEPCONT), a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai e a Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, unidades da PGF. A SGCT e a PGF são órgãos da AGU.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Pará suspende por dez dias decisão sobre mineração de ouro no Xingu
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013

Por André Borges | Valor Online

Brasília – A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) do Pará decidiu acatar o pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e suspendeu, por dez dias, a definição sobre o licenciamento ambiental do projeto Volta Grande, empreendimento da empresa canadense Belo Sun, que prevê a exploração de ouro nas margens do rio Xingu, ao lado da área onde é construída a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O MPE havia apresentado pedido de vistas do processo de licenciamento na semana passada. Com a decisão, diz a promotora do MPE, Eliane Moreira, autora do pedido de vistas, ficou marcada para o dia 2 de dezembro uma reunião deliberativa do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) do Pará, que votará pela liberação ou não da licença prévia ambiental do empreendimento. A decisão do Coema é necessária para que o projeto da Belo Sun consiga sua licença prévia.

A Belo Sun havia pedido formalmente à Sema para que colhesse os votos dos 12 membros do Coema, independentemente do pedido de vistas apresentado pelo MPE. A Secretaria, no entanto, optou por abrir um prazo adicional de 10 dias para que os promotores fundamentem suas colocações contrárias ao empreendimento.

A Belo Sun tem planos de investir até US\$ 1,1 bilhão na extração e beneficiamento de ouro em Senador José Porfírio, município vizinho a Altamira. A produção prevista é de 4.684 quilos de ouro por ano. Em sua página na internet, a Belo Sun afirma que está à frente do “maior projeto de exploração de ouro do Brasil”.

O MPE afirma que há uma série de irregularidades no processo de licenciamento da mina. A Belo Sun afirma que não há nenhum problema no projeto e que já cumpriu todas as etapas exigidas pela legislação ambiental.

Segundo o MPE, a empresa não realizou estudos que apontem impactos sobre povos indígenas. A Belo Sun afirma, no entanto, que o empreendimento vai operar a mais de 10 km em relação a qualquer terra indígena. “Portanto, segundo determina a legislação vigente, não há necessidade da realização desse tipo de estudo. E parecer técnico da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) do Pará afirma que não haverá impacto direto sobre terras indígenas”, alega a empresa.

Sobre a falta de estudos que apontem efeitos sinérgicos com a usina de Belo Monte, que está sendo construída há menos de 20 km de distância do local previsto para a mina, a empresa afirma que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pelo empreendimento “considera os possíveis impactos sinérgicos nos meios físico, biótico e antrópico” com o projeto da usina e

CONT.



que “foi avaliado, ainda, o hidrograma de consenso da UHE Belo Monte, e verificou-se que o impacto da mineração sobre a redução de vazão do Rio Xingu é nulo”.

Sobre a afirmação de que a competência para conferir a licença prévia deveria ser do Ibama, e não do órgão ambiental estadual (Sema), a empresa alega que, “como o empreendimento terá base distante de qualquer terra indígena, não está localizado em unidades de conservação de domínio da União e também não é desenvolvido em mais de um estado, o órgão estadual é, segundo a legislação ambiental vigente no país, a esfera competente para emitir a licença. O Ibama, inclusive, já se manifestou a esse respeito”.

A Belo Sun critica ainda a acusação sobre desrespeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Esta convenção, que sequer foi regulamentada no país, aplica-se exclusivamente a empreendimentos localizados em terras indígenas ou que as afete diretamente, o que não é o caso do empreendimento da Belo Sun.”



Notícias do Quilombo Rio dos Macacos

SÍTIO JORNAL GGN, 19.11.2013

Uma comissão formada por representantes da comunidade quilombola Rio dos Macacos, Sepromi e órgãos federais irá se reunir, na próxima semana, em Brasília, para definir urgentemente ações de cidadania, melhoria de vida e finalizar os violentos conflitos que os quilombolas sofrem em seu território, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A decisão foi tomada em audiência pública, na quarta-feira (23), na sede do Ministério Público Federal (MPF). No encontro, presidido pelo Procurador Regional dos Direitos dos Cidadãos Leandro Bastos Nunes e pela coordenadora da 6ª CCR e subprocuradora-geral da República Débora Duprat, foram discutidas a situação territorial da comunidade e as dificuldades enfrentadas pelos moradores em função de uma decisão judicial que atribui à Marinha a propriedade das terras ocupadas pelos quilombolas.

Tendo em vista a deficiência técnica dos moradores da comunidade para a elaboração de uma contraproposta – destacada pelo secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Elias de Oliveira Sampaio – o chefe do gabinete do ministro da Defesa, Antônio Thomaz Lessa, assumiu o compromisso, junto com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), Leandro Bastos Nunes, a debater a proposta apresentada pelo Governo e intermediar a elaboração da contraproposta,.

Na audiência, o governo federal, através do diretor de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Fernando Matos, apresentou proposta antiga aos quilombolas, que foi rejeitada de prontidão. Na proposta, a União oferece 29 hectares do território em Simões Filho – 21 hectares no território onde atualmente estão e 7 hectares em território no lado oposto da BA 526. No entanto, o laudo antropológico realizado pelo Incra em 2012 apontou que todos os 800 hectares onde está instalada, há 40 anos, a Base Naval de Aratu, já era ocupada por quilombolas há mais de 200 anos.

No Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), também realizado pelo Incra, ficou acertado 301 hectares para a comunidade Rio dos Macacos, o que foi rejeitado pela Marinha sem nenhuma contestação. Os quilombolas, reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) querem a garantia da publicação do RTID no Diário Oficial da União (DOU) – procedimento padrão, mas que não ocorreu por motivos considerados escusos pelos quilombolas e defensores da causa – além da suspensão dos processos judiciais e a titulação definitiva do território.

Com a recusa da proposta, representantes do governo federal e da Sepromi acertaram com a comunidade a formação da comissão para findar, com urgência, os violentos conflitos ocorridos dentro do território, levar saneamento, energia, saúde e escola aos quilombolas.

CONT.



Para Rosemeire dos Santos, quilombola Rio dos Macacos, a Marinha está sendo autoritária e está agindo de forma truculenta e violenta para espantar os quilombolas e fazê-los desistirem de permanecer em suas terras. Durante a audiência, os moradores relataram dezenas de casos de violência sofrida diariamente, ameaças, intimidações e perseguições. "Ainda são os capitães do mato. Mas nós vamos resistir", declarou.

A audiência durou cerca de seis horas, sendo mediada pela subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, Debora Duprat. Estiveram na mesa o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio; O chefe de gabinete do Ministério da Defesa, Antônio Thomaz Lessa; o diretor de ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano; o diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal da Advocacia Geral da União (AGU); Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União em Salvador; secretária de Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) além de representantes da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da PR.

O comandante da Base Naval de Aratu, Edgar Luiz Siqueira Barbosa, esteve na mesa, mas se retirou logo no início da audiência, no momento em que quilombolas colocaram um caixão de papelão em sua frente.

Para o secretário Elias Sampaio, autor da sugestão para a definição de uma comissão para mitigar com urgência os graves problemas sociais e de miséria pelos quais passam os quilombolas do Rio dos Macacos, defendeu a comunidade e disse que a ignorância é o principal causador desse impasse. " Se fosse de conhecimento da importância das comunidades quilombolas para o Brasil e da necessidade de pagar as dívidas da sociedade com o povo negro, esse problema não existiria. Há uma ignorância de quem está julgando a ação. Sugiro que os órgãos federais dialoguem e construam propostas conjuntamente. Este consenso pode ser um exemplo de implantação do modelo de intervenção pública no Brasil. Sugiro que as comunidades apresentem propostas baseadas em informações. A não resolução desse impasse demanda da falta de entendimento", discursou.